Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	
Dfs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
Demonstração de Valor Adicionado	
Dfs Consolidadas	
Balanço Patrimonial Ativo	
Balanço Patrimonial Passivo	
Demonstração do Resultado	
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	22
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	23
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	24
Demonstração de Valor Adicionado	25
Relatório da Administração/comentário do Desempenho	26
Notas Explicativas	35
Pareceres E Declarações	
Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	74
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	79
Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	80
Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	81

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	42.100.080	
Preferenciais	0	
Total	42.100.080	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	287.661	244.896	218.942
1.01	Ativo Circulante	89.565	95.257	90.598
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.985	8.267	2.866
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.100	1	2.660
1.01.03	Contas a Receber	47.411	43.898	49.506
1.01.03.01	Clientes	47.411	43.898	49.506
1.01.04	Estoques	25.369	31.670	30.534
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.851	8.571	1.811
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.851	8.571	1.811
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.840	7.893	1.811
1.01.06.01.02	PIS e COFINS	4.660	0	0
1.01.06.01.04	Outros tributos	1.351	678	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	284	950	1.265
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.565	1.900	1.956
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	4.565	1.900	1.956
1.02	Ativo Não Circulante	198.096	149.639	128.344
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	118.727	70.474	64.861
1.02.01.04	Contas a Receber	3.431	3.504	0
1.02.01.04.01	Clientes	3.431	3.504	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	46.612	6.788	5.612
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.646	6.788	5.612
1.02.01.07.02	Programa de Integração Social (PIS)	7.959	0	0
1.02.01.07.03	Contribuição para seguridade social (COFINS)	26.007	0	0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	308	218	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	64.110	54.934	49.362
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.266	5.030	9.887
1.02.01.10.03	Demais contas a receber	126	126	126
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	4.140	4.904	9.761
1.02.02	Investimentos	55.481	51.159	35.364

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.02.01	Participações Societárias	55.481	51.159	35.364
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	54.454	50.342	34.698
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	1.027	817	666
1.02.03	Imobilizado	22.347	25.779	27.401
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.347	25.779	27.401
1.02.04	Intangível	1.541	2.227	718
1.02.04.01	Intangíveis	1.541	2.227	718

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	287.661	244.896	218.942
2.01	Passivo Circulante	99.435	88.770	119.830
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.576	5.058	7.092
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.576	5.058	7.092
2.01.02	Fornecedores	15.489	7.840	12.116
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.400	7.840	12.116
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	89	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.958	2.598	27.022
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.958	2.598	27.022
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.958	2.598	27.022
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	38.917	49.311	49.672
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	38.917	49.311	49.302
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	38.917	49.311	49.302
2.01.04.02	Debêntures	0	0	370
2.01.05	Outras Obrigações	31.495	23.963	23.928
2.01.05.02	Outros	31.495	23.963	23.928
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	31.495	23.963	23.928
2.02	Passivo Não Circulante	90.883	81.838	74.765
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	31.812	29.303	13.556
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	31.812	29.303	13.556
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	31.812	29.303	13.556
2.02.02	Outras Obrigações	1.640	3.552	5.444
2.02.02.02	Outros	1.640	3.552	5.444
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	1.640	3.552	5.444
2.02.04	Provisões	48.828	42.334	42.303
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.691	4.639	4.434
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.998	2.998	2.998
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.517	1.396	1.050
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	176	245	386

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.04.02	Outras Provisões	43.137	37.695	37.869
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	40.547	37.375	36.202
2.02.04.02.05	Outras	2.590	320	1.667
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	8.603	6.649	13.462
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	8.603	6.649	13.462
2.02.05.01.01	Demais Contas a Pagar	8.603	6.649	13.462
2.03	Patrimônio Líquido	97.343	74.288	24.347
2.03.01	Capital Social Realizado	45.701	45.539	35.636
2.03.02	Reservas de Capital	1.218	0	0
2.03.02.07	Outorga de opções de ações	1.218	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	32.743	10.716	0
2.03.04.01	Reserva Legal	1.637	536	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	31.106	10.180	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-9.496
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.642	19.642	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-2.764	-2.454	-1.793
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	803	845	0
2.03.08.02	Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	803	845	0

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	141.935	202.345	217.123
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-83.620	-116.658	-125.927
3.03	Resultado Bruto	58.315	85.687	91.196
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-45.020	-55.288	-71.714
3.04.01	Despesas com Vendas	-30.000	-41.392	-39.972
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.244	-22.793	-21.764
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	30.731	23.357	15.949
3.04.04.01	Outras Receitas operacionais	30.731	23.357	15.949
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-26.872	-8.726	-8.947
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-26.872	-8.726	-8.947
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.365	-5.734	-16.980
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.295	30.399	19.482
3.06	Resultado Financeiro	17.472	-17.684	-10.016
3.06.01	Receitas Financeiras	35.303	5.590	20.804
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.831	-23.274	-30.820
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	30.767	12.715	9.466
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.740	7.497	7.184
3.08.01	Corrente	-8.740	7.497	7.184
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.027	20.212	16.650
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.027	20.212	16.650
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,52321	0,48147	12,71963
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	6,53967

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	22.027	20.212	16.650
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-352	19.478	1.567
4.02.01	Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-310	-174	732
4.02.02	Efeito da aplicação do CPC 42/ IAS 29	-42	10	835
4.02.03	Ajuste de avaliação patrimonial	0	19.642	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	21.675	39.690	18.217

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.476	-8.879	7.644
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	44.963	32.775	34.522
6.01.01.01	Lucro / Prejuizo do Exercicio	22.027	20.212	16.650
6.01.01.02	Equivalencia Patrimonial	-3.365	5.734	16.980
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais, líquidas	6.515	4.828	14.938
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	5.427	6.561	6.175
6.01.01.06	Outros	-210	-151	-35
6.01.01.08	(Reversão) provisão para contingências	1.052	205	2.213
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.383	1.238	-267
6.01.01.10	Provisão para estoques obsoletos	65	-367	-1.057
6.01.01.11	Baixa de ativos imobilizado	2.111	2.012	131
6.01.01.12	Repactuação de empréstimos	0	0	-14.022
6.01.01.13	Impostos sobre o Lucro	8.740	-7.497	-7.184
6.01.01.14	Plano de opções de ações	1.218	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.487	-41.654	-26.878
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-4.823	866	-1.261
6.01.02.02	Estoques	6.236	-769	2.380
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-47.844	-439	344
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	576	97	165
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-2.665	56	1.239
6.01.02.06	Fornecedores	7.649	-4.276	1.279
6.01.02.08	Tributos a Recolher	-552	-26.316	-6.283
6.01.02.10	Demais Contas a Pagar	9.486	-6.777	-16.559
6.01.02.12	Depositos judiciais	764	4.857	-3.168
6.01.02.13	Partes Relacionadas	-4.832	-6.919	-6.203
6.01.02.14	Obrigações trabalhistas e sociais	4.518	-2.034	1.189
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.420	-8.841	-12.801
6.02.01	Adições e Baixas de Imobilizado (líquidas)	-3.420	-8.459	-3.957
6.02.02	Adiçoes e Baixas de Intangível (liquidas)	0	-382	-8.844

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.239	20.462	3.864
6.03.01	Ingresso de Emprestimos de Terceiros	106.003	136.843	113.203
6.03.02	Ingresso de Emprestimos de Partes Relacionadas	-115.448	-122.664	-109.339
6.03.06	Juros pagos	-4.956	-3.620	0
6.03.07	Subscrição de ações	162	9.903	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.183	2.742	-1.293
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.268	5.526	6.819
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.085	8.268	5.526

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	45.539	0	10.716	0	18.033	74.288
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	45.539	0	10.716	0	18.033	74.288
5.04	Transações de Capital com os Sócios	162	1.218	0	0	0	1.380
5.04.01	Aumentos de Capital	162	0	0	0	0	162
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.218	0	0	0	1.218
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.027	-352	21.675
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.027	0	22.027
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-352	-352
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-310	-310
5.05.02.06	Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	0	0	0	0	-42	-42
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	22.027	-22.027	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-22.027	0	-22.027
5.06.04	Constituição de Reserva legal	0	0	1.101	0	0	1.101
5.06.05	Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	20.926	0	0	20.926
5.07	Saldos Finais	45.701	1.218	32.743	0	17.681	97.343

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	35.636	0	0	-9.496	-1.793	24.347
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	35.636	0	0	-9.496	-1.793	24.347
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.903	0	0	0	0	9.903
5.04.01	Aumentos de Capital	9.903	0	0	0	0	9.903
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.708	19.826	49.534
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.212	0	20.212
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	9.496	19.826	29.322
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	174	174
5.05.02.06	Absorção de prejuizos	0	0	0	9.496	0	9.496
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	0	19.642	19.642
5.05.02.08	Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	0	0	0	0	10	10
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.716	-20.212	0	-9.496
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-20.212	0	-9.496
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	536	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	10.180	0	0	0
5.07	Saldos Finais	45.539	0	10.716	0	18.033	74.288

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	35.636	0	0	-26.146	-2.525	6.965
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	35.636	0	0	-26.146	-2.525	6.965
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.650	732	17.382
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.650	0	16.650
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	732	732
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-103	-103
5.05.02.06	Efeito da aplicação do CPC42 / IAS 29(Hiperinflação)	0	0	0	0	835	835
5.07	Saldos Finais	35.636	0	0	-9.496	-1.793	24.347

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	190.492	211.576	260.557
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	158.675	189.617	247.970
7.01.02	Outras Receitas	30.434	20.721	12.854
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.383	1.238	-267
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-117.870	-100.051	-125.331
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-54.541	-55.629	-79.997
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-63.329	-44.422	-45.334
7.03	Valor Adicionado Bruto	72.622	111.525	135.226
7.04	Retenções	-5.427	-6.561	-6.175
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.427	-6.561	-6.175
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	67.195	104.964	129.051
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	38.668	-144	3.824
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.365	-5.734	-16.980
7.06.02	Receitas Financeiras	35.303	5.590	20.804
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	105.863	104.820	132.875
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	105.863	104.820	132.875
7.08.01	Pessoal	40.289	43.253	55.195
7.08.01.01	Remuneração Direta	37.669	39.416	42.572
7.08.01.02	Benefícios	1.772	2.612	8.091
7.08.01.03	F.G.T.S.	848	1.225	4.532
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.716	17.809	28.914
7.08.02.01	Federais	21.907	11.744	21.486
7.08.02.02	Estaduais	3.809	6.065	7.428
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.831	23.546	32.116
7.08.03.01	Juros	17.831	23.274	30.820
7.08.03.02	Aluguéis	0	272	1.296
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	22.027	20.212	16.650
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.027	20.212	16.650

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	281.584	243.235	214.940
1.01	Ativo Circulante	104.787	110.313	113.262
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.002	9.053	8.902
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.286	1	2.660
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.286	1	2.660
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	2.286	1	2.660
1.01.03	Contas a Receber	51.913	50.754	55.726
1.01.03.01	Clientes	51.913	50.754	55.726
1.01.04	Estoques	30.346	36.201	37.758
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.735	10.267	3.941
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.735	10.267	3.941
1.01.07	Despesas Antecipadas	284	1.084	1.396
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.221	2.953	2.879
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	6.221	2.953	2.879
1.02	Ativo Não Circulante	176.797	132.922	101.678
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	93.368	49.383	44.428
1.02.01.04	Contas a Receber	3.479	3.519	0
1.02.01.04.01	Clientes	3.479	3.519	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	46.612	6.788	5.612
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.646	6.788	5.612
1.02.01.07.02	Pis e Cofins	33.966	0	0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	308	218	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	42.969	38.858	38.816
1.02.01.10.03	Demais Contas a Receber	38.775	33.899	29.053
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	4.194	4.959	9.763
1.02.02	Investimentos	54.862	52.017	666
1.02.02.01	Participações Societárias	1.027	817	666
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	1.027	817	666
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	53.835	51.200	0

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.03	Imobilizado	26.119	28.029	55.847
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	26.119	28.029	55.847
1.02.04	Intangível	2.448	3.493	737
1.02.04.01	Intangíveis	2.448	3.493	737
1.02.04.01.02	2 Intangíveis	2.448	3.493	737

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	281.584	243.235	214.940
2.01	Passivo Circulante	109.740	97.967	133.488
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.375	5.300	7.374
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.375	5.300	7.374
2.01.02	Fornecedores	16.737	11.658	19.890
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.065	8.516	14.040
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	672	3.142	5.850
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.749	6.935	31.385
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.749	6.935	31.385
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.749	6.935	31.385
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	39.134	49.490	50.687
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	39.134	49.490	50.317
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	38.236	48.971	48.782
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	898	519	1.535
2.01.04.02	Debêntures	0	0	370
2.01.05	Outras Obrigações	32.745	24.584	24.152
2.01.05.02	Outros	32.745	24.584	24.152
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	32.745	24.584	24.152
2.02	Passivo Não Circulante	74.839	71.294	57.350
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	32.493	29.643	14.076
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	32.493	29.643	14.076
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	32.493	29.643	14.076
2.02.02	Outras Obrigações	26.815	29.112	24.993
2.02.02.02	Outros	26.815	29.112	24.993
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	26.815	29.112	24.993
2.02.04	Provisões	5.745	4.692	4.434
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.745	4.692	4.434
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.052	3.051	2.998
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.517	1.396	1.050

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	176	245	386
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	9.786	7.847	13.847
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	9.786	7.847	13.847
2.02.05.01.01	Demais Contas a Pagar	9.786	7.847	13.847
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	97.005	73.974	24.102
2.03.01	Capital Social Realizado	45.701	45.539	35.636
2.03.02	Reservas de Capital	1.218	0	0
2.03.02.07	Reserva de plano de opções de ações	1.218	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	32.743	10.716	0
2.03.04.01	Reserva Legal	1.637	536	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	31.106	10.180	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-9.496
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.642	19.642	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-2.764	-2.454	-1.793
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	803	845	0
2.03.08.02	Efeito de aplicação das IAS 29 (hiperinflação)	803	845	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-338	-314	-245

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado

8.01 Receita de Venda de Bense elou Serviços Vendidos 156.489 219.38 247.489 3.02 Custo dos Bense elou Serviços Vendidos 486.072 -122.981 -146.484 3.03 Resultado Eruo 70.427 98.855 10.00 3.04 Despesas/Receitas Operacionais -54.569 -68.911 -72.088 3.04.02 Despesas Genia e Administrativas 24.627 -26.131 -26.048 3.04.04 Outras Receitas Operacionais 36.486 23.889 -10.889 3.04.05 Outras Despesas Operacionais 36.486 23.889 -10.889 3.05 Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos 15.858 37.944 -28.937 3.06 Resultado Antes dos Financeira 15.858 37.944 20.8983 3.06 Resultado Financeira 15.858 37.944 20.8983 3.07 Resultado Financeira 25.054 17.71 17.17 3.08 Resultado Financeira 27.07 17.71 7.187 3.09 Resultado Liquido de Operações Continuadas	Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.03 Resultado Bruto 70.427 96.855 101.008 3.04 Despessas/Receitas Operacionais -54.569 -58.911 -72.068 3.04.01 Despesas com Vendas -37.189 -46.34 -26.788 3.04.02 Despesas Gerais e Administrativas -24.627 -26.131 -27.828 3.04.04 Outras Receitas Operacionais 36.486 23.880 16.082 3.04.05 Outras Despesas Operacionais -29.239 -9.726 -10.388 3.05 Resultado Antes do Resultado Financeira e dos Tributos 15.888 37.94 28.087 3.06 Resultado Financeira 15.488 -25.504 -19.488 3.06.01 Receitas Financeiras -21.077 -31.845 -40.388 3.06.01 Resultado Financeira 21.071 -31.845 -40.388 3.06.01 Resultado Enguesta Financeiras 21.072 -7.771 7.784 3.07 Resultado Liquido de Renda e Contribuíção Social sobre o Lucro 9.276 7.771 7.184 3.09 Resultado Liquido de Operações Cont	3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	156.499	219.836	247.489
3.04 Despesas/Receitas Operacionais .54.569 .58.911 .72.088 3.04 01 Despesas Gerais e Administrativas .37.189 .46.934 .50.488 3.04 02 Despesas Gerais e Administrativas .24.627 .26.131 .27.293 3.04 03 Outras Receitas Operacionais .36.86 .23.880 .16.828 3.04.05 Outras Despesas Operacionais .29.239 -9.726 .13.898 3.05 Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos .15.858 .37.944 .28.937 3.06 Resultado Financeiro .15.858 .37.944 .28.937 3.06.01 Receitas Financeiras .36.353 .63.41 .28.937 3.06.02 Despesas Financeiras .21.107 .31.845 .40.383 3.07 Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro .31.286 .17.71 .7.187 3.08.01 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro .92.76 .7.771 .7.187 3.08.01 Lucro Prejuízo Liquido das Operações Continuadas .17 .1 .60.93 3	3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-86.072	-122.981	-146.484
3.04.01 Despesas Cerrais e Administrativas .37.189 .46.934 .50.482 3.04.02 Despesas Gerais e Administrativas .24.627 .26.131 .27.293 3.04.05 Outras Receitas Operacioniais .36.84 .23.839 .10.082 3.04.05 Outras Despesas Operacioniais .29.239 .97.26 .10.082 3.05 Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos .15.858 .37.944 .28.937 3.06 Resultado Financeiro .15.858 .37.944 .28.938 3.06.01 Reseitas Financeiras .36.35 .61.314 .20.898 3.06.02 Sespesas Financeiras .21.107 .31.845 .29.898 3.07 Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro .31.206 .77.771 .7.187 3.08 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro .92.76 .77.771 .7.187 3.09 Resultado Líquido das Operações Descontinuadas .17 .1 .1 3.10.01 Lucro/Prejutza Líquido das Operações Descontinuadas .17 .1 .1 <t< td=""><td>3.03</td><td>Resultado Bruto</td><td>70.427</td><td>96.855</td><td>101.005</td></t<>	3.03	Resultado Bruto	70.427	96.855	101.005
3.04.02 Despesas Gerais e Administrativas -24.627 -26.131 -27.293 3.04.04 Outras Receitas Operacionais 36.486 23.880 16.082 3.04.05 Outras Despesas Operacionais -29.239 -9.726 -10.368 3.05 Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos 15.888 37.944 -28.504 3.06 Resultado Financeira 15.428 -25.504 -19.485 3.06.01 Receitas Financeiras 36.535 6.341 20.898 3.06.02 Despesas Financeiras -21.107 -31.845 -40.383 3.07 Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro 31.266 17.71 7.182 3.08 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro -9.276 7.771 7.187 3.08 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro -9.276 7.771 7.187 3.09 Resultado Líquido da Operações Descontinuadas 17 1 1 1 1 3.10.01 Peripitizo Líquido das Operações Descontinuadas 17 1 1 <	3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-54.569	-58.911	-72.068
3.0.4.04 Outras Receitas Operacionais 36.486 23.880 16.082 3.0.4.05 Outras Despesas Operacionais -29.239 -9.726 -10.369 3.0.5 Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos 15.858 37.944 28.937 3.0.6 Resultado Financeiro 15.428 -25.504 -19.485 3.0.6.0.1 Receitas Financeiras 36.535 6.341 20.898 3.0.6.0.2 Despesas Financeiras -21.107 -31.845 -40.898 3.0.6.0.2 Despesas Financeiras 21.107 -31.845 -40.898 3.0.6.0.2 Despesas Contribulos Sobre o Lucro 9.276 7.771 7.187 3.0.8.1 Resultado Líquido de Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.0 Lucro Pirejuizo Lí	3.04.01	Despesas com Vendas	-37.189	-46.934	-50.488
3.04.0.5 Outras Despesas Operacionais -9.29.39 -9.726 -10.368 3.05 Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos 15.858 37.944 28.937 3.06 Resultado Financeiro 15.428 -25.504 -19.485 3.06.01 Resultado Financeiras 21.107 31.845 -40.888 3.07 Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro 31.268 12.440 9.452 3.08 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro 9.276 7.771 7.187 3.08.01 Crente 9.276 7.771 7.187 3.09 Resultado Líquido das Operações Continuadas 20.01 20.211 16.639 3.10.01 Lucro/Prejuizo Líquido das Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01 Lucro/Prejuizo Ciquido das Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01 Lucro/Prejuizo Ciquido das Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01 Lucro/Prejuizo Consolidado do Periodo 22.027 20.212 16.639 3.11.02	3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.627	-26.131	-27.293
3.05 Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos 15.858 37.944 28.937 3.06 Resultado Financeira 15.428 -25.504 -19.485 3.06.01 Receitas Financeiras 36.535 6.341 20.898 3.06.02 Despesas Financeiras -21.107 -31.845 -40.383 3.07 Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro 31.266 12.440 9.826 3.08 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro -9.276 7.771 7.187 3.09 Resultado Liquido das Operações Continuadas 22.010 20.211 16.639 3.10 Resultado Liquido de Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01 Participações de Acionistas Não Controladores 17 1 11 3.10.01 Participações de Acionistas Não Controladores 17 1 11 3.11.02 Atribuído a Sócios da Empresa Controladores 22.027 20.212 16.659 3.11.02 Atribuído a Sócios Agão Controladores 22.01 20.211 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 22.01 20.211	3.04.04	Outras Receitas Operacionais	36.486	23.880	16.082
3.06 Resultado Financeiro 15.428 -25.504 -19.485 3.06.01 Receitas Financeiras 36.335 6.341 20.898 3.06.02 Despesas Financeiras -21.107 -31.845 -40.383 3.07 Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro 31.286 12.440 9.452 3.08 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro 9.276 7.771 7.187 3.08.01 Corrente 9.276 7.771 7.187 3.09 Resultado Líquido das Operações Continuadas 22.010 0.2011 16.639 3.10.01 Lucro/Prejuizo Líquido das Operações Descontinuadas 17 1 1 3.10.01.20 Participações de Acionistas Não Controladores 17 1 11 3.11.01 Atribuído a Sócios da Empresa Controladora 22.017 20.212 16.659 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 22.010 20.211 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 22.010 20.212 16.650 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 22.010 20.211 16.639	3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-29.239	-9.726	-10.369
3.06.01 Receitas Financeiras 36.535 6.341 20.898 3.06.02 Despesas Financeiras -21.107 -31.845 -40.383 3.07 Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro 31.286 12.440 9.452 3.08 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro -9.276 7.771 7.187 3.08.01 Corrente -9.276 7.771 7.187 3.09 Resultado Líquido das Operações Continuadas 22.010 20.211 16.639 3.10.01 Lucro/Prejuizo Líquido das Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01.20 Participações de Acionistas Não Controladores 17 1 11 3.11.01 Lucro/Prejuizo Consolidado do Período 22.027 20.212 16.659 3.11.01 Atribuído a Sócios da Empresa Controladores 22.001 20.211 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 17 1 15.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 22.001 20.211 16.639 3.19.01 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 20.211 10.639 3.99.	3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.858	37.944	28.937
3.06.02 Despesas Financeiras -21.107 -31.845 -40.383 3.07 Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro 31.286 12.440 9.452 3.08 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro -9.276 7.771 7.187 3.08.01 Corrente -9.276 7.771 7.187 3.09 Resultado Líquido das Operações Continuadas 22.010 20.211 16.639 3.10.01 Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01.20 Participações de Acionistas Não Controladores 17 1 11 3.11.01 Lucro/Prejuízo Consolidado do Período 22.027 20.212 16.659 3.11.02 Atribuído a Sócios da Empresa Controladora 22.010 20.211 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 17 1 1 3.19.0 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 22.010 20.211 16.639 3.19.0 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 22.010 20.211 11 3.99.01 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 20.211 20.211 20.211 20.211<	3.06	Resultado Financeiro	15.428	-25.504	-19.485
3.07 Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro 31.286 12.440 9.452 3.08 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro -9.276 7.771 7.187 3.08.01 Corrente -9.276 7.771 7.187 3.09 Resultado Líquido das Operações Continuadas 22.010 20.211 16.639 3.10 Resultado Líquido das Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01 Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01.20 Participações de Acionistas Não Controladores 17 1 11 3.11.01 Lucro/Prejuízo Consolidado do Período 22.027 20.212 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios da Empresa Controladora 22.010 20.211 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 17 1 1 3.99 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 22.010 20.211 16.639 3.99.01 Lucro Básico por Ação - (Reais / Ação) 2.5231 0,4814 12,71963	3.06.01	Receitas Financeiras	36.535	6.341	20.898
3.08 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro -9.276 7.771 7.187 3.08.01 Corrente -9.276 7.771 7.187 3.09 Resultado Líquido das Operações Continuadas 22.010 20.211 16.639 3.10 Resultado Líquido de Operações Descontinuadas 17 1 1 11 3.10.01 Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas 17 1 11 11 3.10.01.20 Participações de Acionistas Não Controladores 17 1 1 11 3.11 Lucro/Prejuízo Consolidado do Período 22.027 20.212 16.650 3.11.01 Atribuído a Sócios da Empresa Controladora 22.010 20.211 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 17 1 1 1 3.19.90 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 17 1 1 1 3.99.01 Ucro Básico por Ação 0,52321 0,48147 12,71963	3.06.02	Despesas Financeiras	-21.107	-31.845	-40.383
3.08.01 Corrente 9.276 7.771 7.187 3.09 Resultado Líquido das Operações Continuadas 22.010 20.211 16.639 3.10 Resultado Líquido de Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01 Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01.20 Participações de Acionistas Não Controladores 17 1 11 3.11 Lucro/Prejuízo Consolidado do Período 22.027 20.212 16.650 3.11.01 Atribuído a Sócios da Empresa Controladora 22.010 20.211 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 17 1 1 3.99 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 17 1 1 3.99.01 Lucro Básico por Ação 0,52321 0,48147 12,71963	3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.286	12.440	9.452
3.09 Resultado Líquido das Operações Continuadas 22.010 20.211 16.639 3.10 Resultado Líquido de Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01 Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas 17 1 1 3.10.01.20 Participações de Acionistas Não Controladores 17 1 1 11 3.11 Lucro/Prejuízo Consolidado do Período 22.027 20.212 16.650 3.11.01 Atribuído a Sócios da Empresa Controladora 22.010 20.211 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 17 1 1 1 3.99 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 17 1 1 1 3.99.01 Lucro Básico por Ação 20.211 0,48147 12,71963 3.99.01.01 ON 0,52321 0,48147 12,71963	3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.276	7.771	7.187
3.10 Resultado Líquido de Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01 Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01.20 Participações de Acionistas Não Controladores 17 1 1 3.11 Lucro/Prejuízo Consolidado do Período 22.027 20.212 16.650 3.11.01 Atribuído a Sócios da Empresa Controladora 22.010 20.211 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 17 1 1 3.99 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 17 1 11 3.99.01 Lucro Básico por Ação 87 1 1 3.99.01.01 ON 0,52321 0,48147 12,71963	3.08.01	Corrente	-9.276	7.771	7.187
3.10.01 Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas 17 1 11 3.10.01.20 Participações de Acionistas Não Controladores 17 1 1 11 3.11 Lucro/Prejuízo Consolidado do Período 22.027 20.212 16.650 3.11.01 Atribuído a Sócios da Empresa Controladora 22.010 20.211 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 17 1 11 3.99 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 1 1 11 3.99.01 ON 0,52321 0,48147 12,71963	3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.010	20.211	16.639
3.10.01.20 Participações de Acionistas Não Controladores 17 1 11 3.11 Lucro/Prejuízo Consolidado do Período 22.027 20.212 16.650 3.11.01 Atribuído a Sócios da Empresa Controladora 22.010 20.211 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 17 1 1 11 3.99 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 1	3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	17	1	11
3.11 Lucro/Prejuízo Consolidado do Período 22.027 20.212 16.650 3.11.01 Atribuído a Sócios da Empresa Controladora 22.010 20.211 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 17 1 1 3.99 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 5 5 5 3.99.01 Lucro Básico por Ação 0,52321 0,48147 12,71963	3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	17	1	11
3.11.01 Atribuído a Sócios da Empresa Controladora 22.010 20.211 16.639 3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 17 1 11 3.99 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 5 5 5 3.99.01 Lucro Básico por Ação 0,52321 0,48147 12,71963	3.10.01.20	Participações de Acionistas Não Controladores	17	1	11
3.11.02 Atribuído a Sócios Não Controladores 17 1 11 3.99 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 5 5 5 5 5 5 12,71963	3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	22.027	20.212	16.650
3.99 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 3.99.01 Lucro Básico por Ação 3.99.01.01 ON 0,52321 0,48147 12,71963	3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	22.010	20.211	16.639
3.99.01 Lucro Básico por Ação 3.99.01.01 ON 0,52321 0,48147 12,71963	3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	17	1	11
3.99.01.01 ON 0,52321 0,48147 12,71963	3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
	3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.02 PN 0,00000 0,00000 6,53967	3.99.01.01	ON	0,52321	0,48147	12,71963
	3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	6,53967

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	22.027	20.212	16.650
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-352	19.478	1.567
4.02.01	Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-310	-174	732
4.02.02	Efeito da aplicação do CPC 42 / IAS 29	-42	10	835
4.02.03	Ajuste de avaliação patrimonial	0	19.642	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	21.675	39.690	18.217
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	21.658	39.689	18.206
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	17	1	11

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.336	10.773	2.047
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	48.799	51.966	19.202
6.01.01.01	Lucro / Prejuizo do Exercicio	22.027	20.212	16.650
6.01.01.03	Juros, Variações Cambiais e Monetarias, liquidas	6.515	4.668	15.977
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	5.933	7.154	7.016
6.01.01.06	Outros	-2.845	-151	-35
6.01.01.07	Provisao de impostos sobre o lucro	9.276	-7.771	-7.184
6.01.01.08	(Reversão) provisao para contingências	1.053	258	2.213
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2.952	1.530	-270
6.01.01.10	Provisão para estoques obsoletos	-111	-1.087	-1.281
6.01.01.11	Baixa de ativo imobilizado	2.781	27.153	138
6.01.01.12	Repactuação de emprestimos	0	0	-14.022
6.01.01.13	Plano de opções de ações	1.218	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.463	-41.193	-17.155
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-4.441	-2.003	-1.366
6.01.02.02	Estoques	5.695	-24	5.032
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-48.595	-348	426
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	765	97	165
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-7.154	-5.076	-1.087
6.01.02.06	Fornecedores	4.777	-5.544	3.707
6.01.02.08	Tributos a Recolher	1.512	-25.556	-5.533
6.01.02.10	Demais Contas a Pagar	10.157	-5.567	-16.030
6.01.02.12	Depositos judicias	765	4.804	-3.169
6.01.02.13	Obrigações trabalhistas e sociais	5.056	-1.976	700
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.469	-35.273	-4.008
6.02.01	Adições de Imobilizado	-5.469	-9.285	-4.008
6.02.04	Adições ao investimento em controladas	0	-25.988	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.285	19.793	-3.133
6.03.01	Ingresso de Emprestimos de Terceiros	106.521	137.801	113.203

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.03.02	Ingresso de Emprestimos de Partes Relacionadas	-115.954	-124.218	-116.337
6.03.04	Participações dos Acionistas não Controladores em Controladas	-24	-69	1
6.03.06	Subscrição de ações	162	9.903	0
6.03.07	juros pagos	-4.990	-3.624	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-348	2.199	4.010
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.766	-2.508	-1.084
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.054	11.562	12.646
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.288	9.054	11.562

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	45.539	0	10.716	0	18.033	74.288	-314	73.974
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	45.539	0	10.716	0	18.033	74.288	-314	73.974
5.04	Transações de Capital com os Sócios	162	1.218	0	0	0	1.380	0	1.380
5.04.01	Aumentos de Capital	162	0	0	0	0	162	0	162
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.218	0	0	0	1.218	0	1.218
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.027	-352	21.675	-24	21.651
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.027	0	22.027	0	22.027
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-352	-352	-24	-376
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-310	-310	0	-310
5.05.02.06	Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	0	0	0	0	-42	-42	0	-42
5.05.02.07	Participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-24	-24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	22.027	-22.027	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-22.027	0	-22.027	0	-22.027
5.06.04	Constituição de Reserva legal	0	0	1.101	0	0	1.101	0	1.101
5.06.05	Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	20.926	0	0	20.926	0	20.926
5.07	Saldos Finais	45.701	1.218	32.743	0	17.681	97.343	-338	97.005

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	35.636	0	0	-9.496	-1.793	24.347	-245	24.102
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	35.636	0	0	-9.496	-1.793	24.347	-245	24.102
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.903	0	0	0	0	9.903	0	9.903
5.04.01	Aumentos de Capital	9.903	0	0	0	0	9.903	0	9.903
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.708	19.826	49.534	-69	49.465
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.212	0	20.212	0	20.212
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	9.496	19.826	29.322	-69	29.253
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	174	174	0	174
5.05.02.06	Aborção de prejuizos	0	0	0	9.496	0	9.496	0	9.496
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	0	19.642	19.642	0	19.642
5.05.02.08	Efeito de aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	0	0	0	0	10	10	0	10
5.05.02.09	Participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-69	-69
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.716	-20.212	0	-9.496	0	-9.496
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-20.212	0	-9.496	0	-9.496
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	536	0	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	10.180	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	45.539	0	10.716	0	18.033	74.288	-314	73.974

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

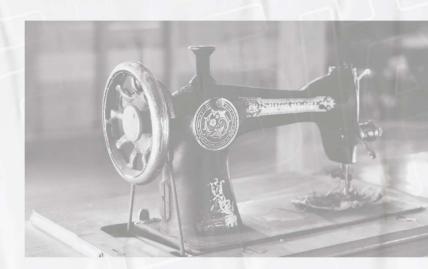
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	35.636	0	0	-26.146	-2.525	6.965	-246	6.719
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	35.636	0	0	-26.146	-2.525	6.965	-246	6.719
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.650	732	17.382	1	17.383
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.650	0	16.650	0	16.650
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	732	732	1	733
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-103	-103	1	-102
5.05.02.06	Efeito da aplicação do CPC42 / IAS 29 (Hiperinflação)	0	0	0	0	835	835	0	835
5.07	Saldos Finais	35.636	0	0	-9.496	-1.793	24.347	-245	24.102

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	213.458	231.340	292.340
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	174.873	208.563	279.756
7.01.02	Outras Receitas	35.633	21.247	12.854
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.952	1.530	-270
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-127.231	-113.574	-157.440
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-55.724	-61.953	-100.554
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-71.507	-51.621	-56.886
7.03	Valor Adicionado Bruto	86.227	117.766	134.900
7.04	Retenções	-5.933	-7.154	-7.016
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.933	-7.154	-7.016
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	80.294	110.612	127.884
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	36.535	6.297	20.898
7.06.02	Receitas Financeiras	36.535	6.297	20.898
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	116.829	116.909	148.782
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	116.829	116.909	148.782
7.08.01	Pessoal	43.067	44.873	57.947
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.106	41.036	45.324
7.08.01.02	Benefícios	2.009	2.612	8.091
7.08.01.03	F.G.T.S.	952	1.225	4.532
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30.322	19.362	32.073
7.08.02.01	Federais	25.229	13.187	24.645
7.08.02.02	Estaduais	5.093	6.175	7.428
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.430	32.462	42.123
7.08.03.01	Juros	21.107	31.800	40.384
7.08.03.02	Aluguéis	323	662	1.739
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	22.010	20.212	16.639
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.027	20.211	16.650
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-17	1	-11



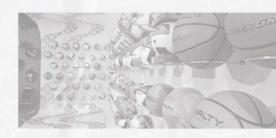
CAMBUCI SA 75 ANOS PRODUZINDO SONHOS E HISTÓRIAS.







PENALTY 50 ANOS TRADIÇÃO E PIONEIRISMO NO ESPORTE.









São Paulo, 12 de fevereiro de 2021 - A CAMBUCI S.A. (BM&FBOVESPA: CAMB3), divulga hoje os resultados do 4º trimestre de 2020. As informações financeiras são apresentadas de forma consolidada e foram preparadas de acordo com as normas do IFRS - *International Financial Reporting Standards* e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à Companhia.

1. COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi de grandes desafios para toda a sociedade brasileira. A economia sentiu os impactos das medidas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus. As medidas de isolamento e distanciamento social e a suspensão das programações esportivas afetaram de forma intensa o varejo.

Todo este contexto operacional trouxe impactos significativos ao nosso segmento. A Companhia iniciou o exercício de 2020 com ótimas perspectivas, com uma receita operacional acima do exercício anterior, mas com a evolução da pandemia, o faturamento reduziu significativamente entre os meses de março a agosto, com uma retomada gradual a partir do terceiro trimestre com a reabertura do varejo físico.

A Administração atuou de forma decisiva para minimizar os efeitos da crise. Dentre as medidas tomadas, destacamos: adequação da capacidade operacional, alinhando-a com a evolução da demanda e com uma capacidade rápida de retomada da produção, cancelamento dos investimentos, e utilização das medidas editadas pelo governo federal, as quais foram essenciais para a manutenção do caixa da Companhia.

Os nossos custos financeiros foram reduzidos em 2020 comparado com 2019, melhorando nosso perfil das dívidas bancárias em geral, reduzindo nossa dívida líquida e com uma geração de caixa operacional superior ao exercício anterior, buscando sempre que necessário, captar recursos financeiros com estruturas mais alinhadas as estratégias e ao esperado melhor ambiente econômico nacional.

No exercício, a Companhia reconheceu contabilmente o ganho referente ao processo judicial que determina que o ICMS não componha a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, e, no último trimestre, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos.

Durante o período, lançamos o novo e-commerce da marca Penalty, que proporciona uma melhor usabilidade e experiência de compra para o consumidor final, oferecendo informações detalhadas sobre tecnologia e produtos, e inauguramos um novo ponto de venda, no Shopping "Smart Outlets", localizado na cidade de Guarulhos (SP), fortalecendo nossa rede de lojas próprias.

As dificuldades trazidas pela pandemia seguem sendo percebidas, apesar dos sinais importantes de retomada observados no último trimestre. Entretanto, com o aumento do número de casos no início de 2021, o governo retomou as medidas de enfrentamento, como o fechamento do varejo em vários estados, o que pode atrasar a recuperação do nosso segmento.

Com um portfólio de produtos nas faixas iniciais e intermediárias com boa rentabilidade, a Companhia está em linha com o interesse dos consumidores, o que a beneficia neste momento de retomada comercial.

A desvalorização do Real frente ao dólar é outro aspecto que nos beneficia quanto indústria nacional, tornando os produtos localmente mais competitivos.

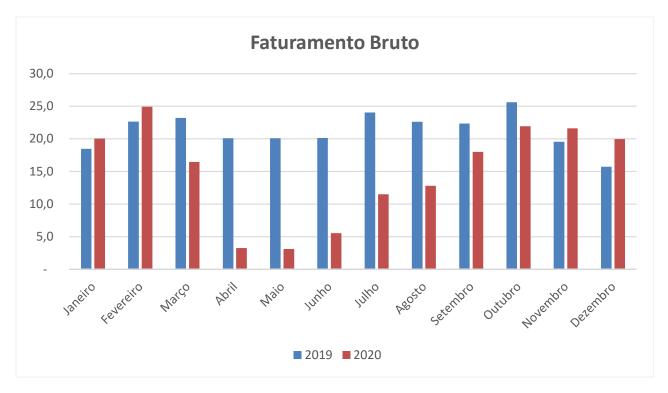
Assim como nos últimos anos, reduzimos as despesas, os custos, melhoramos a margem e continuaremos atuando fortemente nesses controles. Seguiremos focados nas vendas, reforçando o compromisso de oferecer ao mercado produtos inovadores, com design, qualidade e tecnologia que superam as expectativas dos consumidores.

A Companhia vem recorrentemente sensibilizando seus colaboradores sobre as medidas de enfrentamento a COVID19 e adotando todos os protocolos para minimizar os impactos. Tais medidas fizeram com que os índices de contágio se mantivessem baixos, preservando a saúde e as vidas dos nossos colaboradores, e assegurando que não houvesse impacto no nosso desempenho operacional.





2. Destaques Operacionais e Financeiros - Consolidado



Como podemos verificar no gráfico, o início do ano caminhava para um crescimento robusto nas vendas, mas em função da pandemia de coronavírus (Covid-19), na metade do mês de março a Companhia reduziu suas vendas significativamente. A partir do mês de julho as vendas apresentam um crescimento gradual, conforme a pandemia desacelerava, como podemos observar no terceiro trimestre. No 4º trimestre, com a abertura do varejo, as vendas ficaram acima do mesmo período de 2019.

Indicadores de Resultados R\$ Milhões	4T20	4T19	4T20 vs 4T19	12M20	12M19	12M20 vs 12M19
Receita Líquida	57,6	52,6	9,5%	156,5	219,9	-28,8%
Lucro Bruto	24,8	23,1	7,4%	70,4	96,9	-27,3%
Margem Bruta	43,1%	43,9%	-1,8%	45,0%	44,1%	2,0%
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(17,5)	(19,2)	-8,9%	(61,8)	(73,0)	-15,3%
EBITDA	10,9	14,4	-24,3%	21,8	45,0	-51,6%
Margem EBITDA	18,9%	27,4%	-31,0%	13,9%	20,5%	-32,2%
EBITDA sem eventos não recorrentes	10,9	2,4	354,2%	6,2	33,0	-81,2%
Margem EBTIDA sem eventos não recorrentes	18,9%	4,6%	310,9%	4,0%	15,0%	-73,3%
Lucro (prejuízo) líquido	5,1	8,2	-37,8%	22,0	20,2	8,9%
Margem lucro Líquida	8,9%	15,6%	-42,9%	14,1%	9,2%	53,3%
Lucro (prejuízo) líquido sem eventos não recorrentes	5,1	3,0	70,0%	(7,7)	15,0	-151,3%
Margem Líquida sem eventos não recorrentes	8,9%	5,7%	56,1%	-4,9%	6,8%	-172,1%
№ de ações em circulação (milhões)	42,10	41,98		42,10	41,98	
Lucro (prejuízo) por ação (R\$ / ação)	0,12114	0,19533		0,52257	0,48118	





- A Receita Líquida consolidada do 4T2020 foi de R\$ 57,6MM, superior em 9,5% comparada ao 4T2019. No acumulado do ano, a redução foi de 28,8% comparado com o mesmo período do ano anterior. O resultado foi impactado diretamente pela pandemia do coronavírus.
- O Lucro Bruto do 4T2020 foi de R\$ 24,8MM com margem bruta de 43,1%. No acumulado do ano o lucro bruto foi de R\$ 70,4MM com uma margem de 45,0%.
- As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas reduziram 8,9% comparado ao 4T2019 e 15,3% no acumulado do exercício.
- O lucro líquido do trimestre foi de R\$5,1MM e R\$22,0MM no acumulado. Sem considerar os eventos não recorrentes, o exercício ficou com um prejuízo de R\$7,7MM.
- O EBITDA do 4T2020 foi de R\$ 10,9MM e R\$21,8MM no acumulado. Sem considerar os eventos não recorrentes, o EBITDA do exercício foi positivo em R\$ 6,2MM.

3. Desempenho Financeiro

3.1 Lucro Bruto

Lucro Bruto R\$ Milhões	4T20	4T19	4T20 vs 4T19	12M20	12M19	12M20 vs 12M19
Receita Líquida	57,6	52,6	9,5%	156,5	219,9	-28,8%
Custo dos Produtos Vendidos	(32,8)	(29,5)	11,2%	(86,1)	(123,0)	-30,0%
Lucro Bruto	24,8	23,1	7,4%	70,4	96,9	-27,3%
% da receita líquida	43,1%	43,9%	-1,8%	45,0%	44,1%	2,0%

Apesar da redução da receita em função da pandemia, o lucro bruto consolidado do 4T2020 foi de R\$ 24,8MM com Margem Bruta de 43,1%. No acumulado do ano, estamos com uma margem 2,0% maior que o mesmo período do ano anterior, com uma margem de 45,0%.

3.2 Despesas com Vendas, G&A e Outras Receitas (Despesas)

a) Despesas com Vendas

Despesas com Vendas R\$ Milhões	4T20	4T19	4T20 vs 4T19	12M20	12M19	12M20 vs 12M19
Despesas com vendas	(8,9)	(12,3)	-27,6%	(37,2)	(46,9)	-20,7%
% da receita líquida	-15,5%	-23,4%	-33,8%	-23,8%	-21,3%	11,7%

No 4T2020, houve uma redução de 27,6% e no acumulado estamos com uma redução de 20,7% quando comparado com o mesmo período de 2019.

b) Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas R\$ Milhões	4T20	4T19	4T20 vs 4T19	12M20	12M19	12M20 vs 12M19
Despesas Gerais e Administrativas	(8,6)	(6,9)	24,6%	(24,6)	(26,1)	-5,7%
% da receita líquida	-14,9%	-13,1%	13,7%	-15,7%	-11,9%	31,9%





No trimestre houve um aumento de 24,6%, comparado com o mesmo trimestre do ano anterior e no acumulado estamos com uma despesa 5,7% menor do que o mesmo período de 2019.

3.3 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro R\$ Milhões	4T20	4T19	4T20 vs 4T19	12M20	12M19	12M20 vs 12M19
Receitas Financeiras	2,9	1,5	93,3%	32,1	5,7	463,2%
Juros e atualização monetária	0,3	0,2	50,0%	1,0	1,0	0,0%
Atualização Fundap a receber	1,6	1,3	23,1%	4,0	4,6	-13,0%
Atualização de créditos tributários	0,4	-	100,0%	26,5	-	100,0%
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	0,6	-	100,0%	0,6	-	100,0%
Outras receitas	-	-	-	-	0,1	-100,0%
Despesas Financeiras	(4,7)	(12,6)	-62,7%	(18,0)	(28,1)	-35,9%
Juros s/empréstimos e financiamentos	(0,7)	(10,8)	-93,5%	(8,6)	(20,6)	-58,3%
Juros sobre fornecedores e impostos	(3,4)	(1,4)	142,9%	(6,5)	(5,1)	27,5%
Pis/Cofins s/Receitas Financeiras	(0,1)	(0,1)	0,0%	(1,3)	(0,1)	1200,0%
Outras despesas	(0,5)	(0,3)	66,7%	(1,6)	(2,3)	-30,4%
Variação cambial líquida	(2,3)	(1,6)	43,8%	1,3	(3,1)	-141,9%
Resultado Financeiro Líquido	(4,1)	(12,7)	-67,7%	15,4	(25,5)	-160,4%
(-) Eventos não recorrentes						
Atualização de créditos tributários	-	-		(26,1)	-	
Pis/Cofins s/Receitas Financeiras	-	-		1,2	-	
Atualização dívida com terceiros	-	6,8		-	6,8	
Resultado Financeiro Líquido sem eventos não recorrentes	(4,1)	(5,9)	-30,5%	(9,5)	(18,7)	-49,2%

O resultado financeiro líquido do exercício foi impactado pelo reconhecimento da correção dos créditos tributários da ação do PIS/COFINS. Sem considerar esse efeito e desconsiderando o não recorrente de 2019, o resultado financeiro ficou melhor em 49,2% comparado com o exercício de 2019.

3.4 EBITDA

Ebitda R\$ Milhões	4T20	4T19	4T20 vs 4T19	12M20	12M19	12M20 vs 12M19
Lucro líquido	5,1	8,2	-37,8%	22,0	20,2	8,9%
(+) Depreciações e amortizações	1,3	1,7	-23,5%	5,9	7,1	-16,9%
(+/-) Resultado financeiro	4,2	12,7	-66,9%	(15,4)	25,5	-160,4%
(+/-) IR / CSLL	0,3	(8,2)	-103,7%	9,3	(7,8)	-219,2%
EBITDA	10,9	14,4	-24,3%	21,8	45,0	-51,6%
Eventos não recorrentes	-	(12,0)		(15,6)	(12,0)	
EBITDA sem eventos não recorrentes	10,9	2,4	354,2%	6,2	33,0	-81,2%
Receita líquida	57,6	52,6	9,5%	156,5	219,9	-28,8%
Margem EBITDA	18,9%	27,4%	-31,0%	13,9%	20,5%	-32,2%
Margem EBITDA sem eventos não recorrentes	18,9%	4,6%	310,9%	4,0%	15,0%	-73,3%

No 4T2020, o EBITDA consolidado foi de R\$ 10,9MM e no acumulado R\$ 21,8MM. Sem considerar os eventos não recorrentes, que se refere ao crédito da ação do PIS/COFINS no valor de R\$ 23,2MM, os distratos com representantes (R\$ 5,1 MM) e outras despesas não recorrentes (R\$ 2,5), o EBITDA foi de R\$ 6,2MM no exercício.

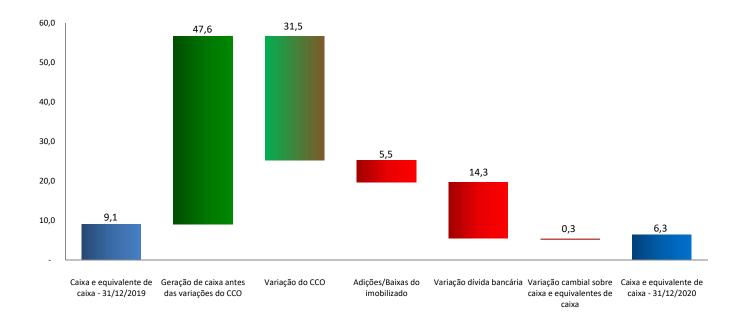




3.5 Fluxo de Caixa

No exercício, fechamos com o saldo de caixa em R\$ 6,3MM, contra R\$ 9,1MM em 31 de dezembro de 2019. Desde os primeiros momentos desta situação de pandemia, a administração da Companhia tomou medidas para preservação do caixa por meio de negociação de prazos e preços com fornecedores e buscando linhas de crédito adequadas para suprir a redução no faturamento.

Nossos recursos líquidos provenientes das atividades operacionais, foram superiores em R\$ 6,5MM comparado com o exercício de 2019.



3.6 Dívida Líquida

Dívida líquida R\$ Milhões	31/12/2020	31/12/2019	Variação
(-) Empréstimos, financiamentos e Debêntures	71,6	79,1	-9,5%
Curto Prazo	39,1	49,5	-21,0%
Longo Prazo	32,5	29,6	9,8%
(+) Caixa e equivalentes de caixa	6,3	9,1	-30,8%
Curto Prazo	6,3	9,1	-30,8%
Caixa (Dívida) Líquido(a)	(65,3)	(70,0)	-6,7%

A Companhia encerrou o período com uma dívida líquida de R\$ 65,3MM, com uma redução de 6,7% comparada com a situação de 31/12/2019.







3.7 Resultado Líquido

Resultado Líquido R\$ Milhões	4T20	4T19	4T20 vs 4T19	12M20	12M19	12M20 vs 12M19
Lucro líquido	5,1	8,2	-37,8%	22,0	20,2	8,9%
Margem líquida	8,9%	15,6%	-42,9%	14,1%	9,2%	53,3%
Eventos não recorrentes	-	(5,2)	-100,0%	(29,7)	(5,2)	471,1%
Lucro (prejuízo) sem eventos não recorrentes	5,1	3,0	70,0%	(7,7)	15,0	-151,3%
Margem líquida sem eventos não recorrentes	8,9%	5,7%	56,1%	-4,9%	6,8%	-172,1%

O resultado líquido do trimestre foi um lucro de R\$ 5,1MM e R\$ 22,0MM no acumulado. O resultado foi impactado diretamente pela redução na receita de vendas do período em função da pandemia. Sem considerar os eventos não recorrentes, que se referem ao efeito do crédito da ação do PIS/COFINS no valor de R\$ 49,3 MM, despesas referentes a distratos com representantes (R\$ 5,1 MM) e outras despesas não recorrentes (R\$ 3,6 MM), bem como os efeitos tributários destes ajustes (R\$ 10,9 MM), o prejuízo do exercício foi de R\$ 7,7MM.

No acumulado, tivemos também impacto negativo em função da paralização das fábricas no período, o que resultou em uma despesa de R\$ 11,8MM, montante lançado diretamente em outras despesas operacionais, como ociosidade fabril.

3.8 Estoques

Estoques R\$ Milhões	31/12/2020 31/12/20	19 Variação
Estoques	30,3 36	,2 -16,3%

Nos estoques, tivemos uma redução de 16,3% em comparação ao final do exercício de 2019.



4. Balanço Patrimonial - Consolidado IFRS

Balanço Patrimonial – Consolidado IFRS R\$ Milhões	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Total	281,5	243,2	214,9
Ativo Circulante	104,8	110,4	113,2
Caixa e equivalentes de caixa	6,3	9,1	11,6
Contas a receber	51,9	50,8	55,7
Estoques	30,3	36,2	37,8
Tributos a recuperar	9,7	10,3	3,9
Despesas pagas antecipadamente	0,3	1,1	1,4
Demais contas a receber	6,3	2,9	2,8
Ativo Não Circulante	176,7	132,8	101,7
Contas a receber	3,5	3,5	-
Depósitos judiciais	4,2	5,0	9,8
Tributos a recuperar	46,6	6,8	5,6
Despesas pagas antecipadamente	0,3	0,2	-
Demais contas a receber	38,8	33,8	29,1
Propriedade para investimento	53,8	51,2	-
Outros investimentos	1,0	0,8	0,7
Imobilizado	26,1	28,0	55,8
Intangível	2,4	3,5	0,7
Passivo Total	281,5	243,2	214,9
Passivo Circulante	109,7	98,1	133,5
Fornecedores	16,7	11,7	19,9
Empréstimos e financiamentos	39,1	49,5	50,3
Debêntures	-	-	0,4
Obrigações sociais e trabalhistas	10,4	5,3	7,4
Obrigações fiscais	10,7	6,9	31,4
Demais contas a pagar	32,8	24,7	24,1
Passivo Não Circulante	74,8	71,2	57,3
Empréstimos e financiamentos	32,5	29,6	14,1
Obrigações fiscais	26,8	29,1	25,0
Provisão para contingências	5,7	4,7	4,4
Demais contas a pagar	9,8	7,8	13,8
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	97,0	73,9	24,1
Capital social	45,7	45,5	35,6
Reserva de plano de opções de ações	1,2	-	-
Reserva legal	0,5	0,5	-
Reserva de incentivos fiscais	10,2	10,2	-
Lucros/Prejuízos acumulados	22,0	-	(9,5)
Ajustes de avaliação patrimonial	19,6	19,6	-
Ajustes acumulados de conversão	(2,7)	(2,4)	(2,6)
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	0,8	0,8	0,8
Participação acionistas não controladores	(0,3)	(0,3)	(0,2)







5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota postura ética, responsável e transparente na condução de seus negócios e busca aperfeiçoar constantemente seus padrões de Governança Corporativa de acordo com as melhores práticas do mercado, tendo como principal objetivo preservar os direitos dos seus acionistas por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto.

As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de aperfeiçoar e preservar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

6. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia declara que não contratou outros serviços da GF Auditores Independentes além daqueles relacionados à auditoria externa durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia adota como política atender as regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As informações contábeis da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS—*International Financial Reporting Standards*, e são parte das demonstrações financeiras.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de trabalho por parte dos auditores independentes.

7. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em conformidade às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM 480/09, declaramos que a diretoria revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Cambuci S.A. e com o relatório dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras padronizadas da Cambuci S.A., distribuídas da seguinte forma:

- 1. Contexto operacional
- 2. COVID-19
- 3. Relação de entidades controladas e consolidadas
- 4. Declaração da administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
- 5. Novas normas, alterações e interpretações de normas
- 6. Demonstrações financeiras consolidadas
- 7. Resumo das principais políticas contábeis
- 8. Política de gestão de risco
- 9. Caixa e equivalentes de caixa
- 10. Contas a receber
- 11. Estoques
- 12. Partes relacionadas
- 13. Tributos a recuperar
- 14. Despesas pagas antecipadamente
- 15. Demais contas a receber
- 16. Propriedades para investimento
- 17. Investimentos
- 18. Imobilizado
- 19. Intangível
- 20. Fornecedores
- 21. Empréstimos e financiamentos
- 22. Obrigações sociais e trabalhistas
- 23. Obrigações fiscais
- 24. Demais contas a pagar
- 25. Provisões para contingências
- 26. Patrimônio líquido
- 27. Instrumentos financeiros
- 28. Receita operacional líquida
- 29. Incentivos fiscais Subvenção para investimentos
- 30. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas
- 31. Receitas financeiras e despesas financeiras
- 32. Despesas por natureza
- 33. Imposto de renda e contribuição social
- 34. Informações por segmento
- 35. Benefícios a empregados Plano de opções
- 36. Cobertura de seguros

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cambuci S.A. ("Cambuci" ou "Companhia") é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo - SP, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BMF&BOVESPA com o código de negociação "CAMB3".

A Companhia tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista.

A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, e em Bayeux no Estado da Paraíba.

Para o desenvolvimento de suas atividades comerciais no exterior, a Companhia, através de suas controladas, atua na Argentina e Uruguai. As unidades da Espanha, Paraguai e Chile estão com suas atividades paralisadas.

Continuidade operacional da Penalty Argentina

Nos últimos exercícios, a Companhia realizou ações mercadológicas com adequação dos produtos e a melhoria na margem bruta, redução e o controle das despesas gerais e administrativas, com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos vivenciados. Através destas ações equilibrou os fluxos de caixa e recuperou a rentabilidade da Penalty Argentina durante o exercício de 2020. Apesar da pandemia do COVID-19, os resultados negativos apresentados na subsidiária foram revertidos, apresentando uma melhora significativa e superior aos exercícios anteriores.

A Administração acredita que nos próximos anos a Companhia possua expectativas de melhorar ainda mais sua rentabilidade e gerar recursos oriundos de suas próprias operações para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade de continuar operando.

2. **COVID-19**

A Administração da Companhia ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos da pandemia do COVID-19, em especial ao mercado brasileiro.

Em meados de março deste ano, iniciando-se as restrições de mobilidade humana preventiva aos impactos relacionados à pandemia decorrente do vírus COVID-19, recomendada pela Organização Mundial de Saúde e determinada pelas autoridades brasileiras, o cenário nacional e mundial para os negócios da Companhia e suas controladas apresentou significativas mudanças.

A Companhia vem recorrentemente sensibilizando seus colaboradores das medidas de enfrentamento ao COVID19 e adotando todos os protocolos para minimizar os impactos. Tais medidas fizeram com que os índices de contágio se mantivessem baixos, preservando a saúde e as vidas dos nossos colaboradores e assegurando que não houvesse impacto no nosso desempenho operacional.

Os valores patrimoniais e de resultados apresentados neste relatório devem ser analisados considerando os efeitos destas reduções de atividades citadas. As principais reduções foram na receita operacional líquida (nota 28) e em outras despesas operacionais (nota 30) onde foram registrados os custos com ociosidade fabril do exercício.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

A Administração da Companhia elabora suas análises de "stress" em suas operações, de forma que não se resumam à esta crise, estando com a convicção que os aprendizados deste exercício se estenderão a efeitos benéficos em seus negócios com ampliação das atividades físicas pela população, agilidade de respostas com seus parceiros comerciais, a não aceitação de ineficiências, adequação da carga tributária e de custos financeiros em operações de crédito à condições mais atraentes para o efetivo trabalho, produção e consumo, com menor valorização da especulação.

Neste cenário e nestas premissas a Administração, desde os primeiros momentos desta situação, tomou medidas para preservação dos negócios com aumento de sua liquidez, revisão do volume de produção com adequação do número de colaboradores e negociação de prazos e preços com fornecedores, ampliação dos critérios de concessão de créditos para seus clientes buscando minimizar inadimplências futuras, redirecionamento a fornecedores nacionais pela momentânea oscilação das taxas cambiais e demais atitudes inerentes a este momento de crise.

A Administração avaliou até a data de emissão deste relatório, que as ações tomadas até o momento permitiram concluir que não existem perdas relevantes a serem registradas nas demonstrações financeiras.

3. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS E CONSOLIDADAS

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 6.

4. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), em vigor em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

Não há em 31 de dezembro de 2020 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

A emissão das demonstrações financeiras padronizadas individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2021.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

4.2 Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras das controladas. As demonstrações financeiras de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos períodos. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das demonstrações contábeis da Companhia (*Cumulative Translation Adjustment* ("CTA")), são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

4.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis da Controladora e Consolidado incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a provisão para impostos diferidos Nota 13, seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 18.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 25, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Nota 27.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

4.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Não existem normas, alterações e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

		Participação no capital total -		
		Sede (País)	31/12/2020	31/12/2019
Controladas Diretas				_
Cambuci Importadora Ltda.	(i)	Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	(ii)	Paraguai	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(i)	Brasil	98,00	98,00
Cambuci Trust S/A	(i)	Brasil	100,00	100,00
Latinline S/A	(vi)	Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	(iii)	Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	(iv)	Chile	100,00	100,00
Penalty Ibéria S.L	(v)	Espanha	100,00	100,00

- (i) Cambuci Importadora Ltda., ("Cambuci Importadora") sediada no Espírito Santo para importações de produtos para industrialização. Está ativa, mas sem movimento. A Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. ("Impar Sports"), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a comercialização no atacado de artigos do vestuário e complementos. A Cambuci Trust S/A ("Cambuci Trust"), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda ou locação de imóveis próprios, bem como participação societária em outras empresas.
- (ii) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guarani, tem como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos e está sem operação.
- (iii) Penalty Argentina S/A ("Penalty Argentina"), sediada na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino; tem como objeto a comercialização, importação e exportação de artigos esportivos.
- (iv) Penalty Chile S/A ("Penalty Chile"), sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno; tem como objeto a comercialização e importação de artigos esportivos e está sem operação.
- (v) Penalty Ibéria S.L. ("Penalty Ibéria"), sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro; tem como finalidade a comercialização e importação de artigos esportivos e está sem operação.
- (vi) Latinline Trade S/A ("Latinline"), é uma sociedade constituída na Republica Oriental do Uruguai, cujo objeto é o desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático, através da cobrança de royalties.

Os períodos contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

7. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Transações denominadas em moeda estrangeira

As controladas no exterior são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido da controladora.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

c.1) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Na nova norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base nos seguintes itens:

- · No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros;
- · Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de "SPPJ" Somente pagamento de principal e juros).

c.2) Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

c.3) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.4) Impairment de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de impairment. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" (Nota 9).

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 10.

f) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de revendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos.

A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

g) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

h) Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

j) Intangível

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 19.

k) Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas "UGC's" ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única "UGC" para realizar esse teste.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

1) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Tributação

m.1) Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

n) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

o) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

p) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

q) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

- (i) ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (ii) passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 25.
- (iii) depósitos judiciais são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

r) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Companhia é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 35.

O valor justo das opções de compra determinados na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. Na data de encerramento de cada exercício, a Administração revisa as estimativas de expectativas de ações a serem exercidas.

t) Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Os leasings financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período

u) Economia hiperinflacionária

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do exercício.

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29.

8. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 27.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma).

A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP) e da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário").

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazêlas ao seu valor provável de realização.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo Departamento de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

				Consolidado
	Até	Entre um e	Entre dois e	_
	um ano	dois anos	cinco anos	Total
Circulante				
Fornecedores	16.737	-	-	16.737
Empréstimos e financiamentos	39.134	15.639	16.854	71.627
	55.871	15.639	16.854	88.365

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	8	15	47	55
Bancos conta movimento	1.977	8.252	3.955	8.998
Aplicações financeiras	2.100	1	2.286	1
	4.085	8.268	6.288	9.054

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários ("CDB") e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

10. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado
-	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber no Brasil	59.671	55.435	68.661	65.273
Contas a receber no Exterior	2.734	2.147	3.163	2.480
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(11.563)	(10.180)	(16.432)	(13.480)
	50.842	47.402	55.392	54.273
Ativo Circulante	47.411	43.898	51.913	50.754
Ativo Não Circulante	3.431	3.504	3.479	3.519
	50.842	47.402	55.392	54.273
		Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	918	1.530	1.908	5.546
De 31 a 120 dias	344	1.976	382	1.973
De 121 a 180 dias	254	1.609	256	1.884
A partir de 181 dias	11.956	9.647	14.477	9.647
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(11.563)	(10.180)	(16.432)	(13.480)
Total dos títulos vencidos - terceiros	1.909	4.582	591	5.570
Títulos a vencer - terceiros	40.022	42 820	54 901	48.703
I Raios a veneer tereemos	48.933	42.820	54.801	46.703

A movimentação do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

		Controladora	Consolidad		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Saldo da PECLD no inicio do exercício	(10.180)	(8.942)	(13.480)	(11.950)	
Adição do exercício	(2.029)	(1.884)	(3.598)	(2.176)	
Baixa de títulos considerados incobráveis	646	646	646	646	
Saldo da PECLD no final do exercício	(11.563)	(10.180)	(16.432)	(13.480)	

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de 50% do montante dos títulos vencidos entre 120 e 179 dias; 95% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias e; 100% dos títulos em cobrança judicial. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A classificação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no resultado é

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

apresentada em despesa com vendas. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

A variação da provisão de perdas no exercício se deve, principalmente, a clientes que se encontram em recuperação judicial.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

A Administração não identificou perdas além das constituídas, em função da COVID-19, até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

11. ESTOQUES

		Controladora_	Consolid		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Produtos acabados	13.674	19.930	18.604	24.418	
Importação em andamento	2.211	5.213	2.211	5.213	
Produtos em elaboração	920	606	920	606	
Matérias-primas	8.564	5.921	8.611	5.964	
	25.369	31.670	30.346	36.201	

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos acabados da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

A Companhia tem como política avaliar periodicamente o giro dos estoques, e para os itens de baixa rotatividade ou obsoletos, são constituídas provisões com perdas. A Administração não identificou perdas além das constituídas, em função da COVID-19, até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

A classificação das perdas por obsolescência no resultado é apresentada em outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo consolidado de estoque obsoleto é de R\$ 878 (R\$ 989 em 31 de dezembro de 2019), demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidad	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo da Provisão Obsolescência no início do exercício	(678)	(1.045)	(989)	(2.076)
Provisão do exercício	(124)	(445)	(124)	(679)
Reversão (Perdas) do exercício	59	812	235	1.766
Saldo da Provisão Obsolescência no final do exercício	(743)	(678)	(878)	(989)

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

		31/12/2020	Transações no result		
	Não Circulante	Não Circulante	Dezembro de 2020		
	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas	Venda de Produtos	Compra de Mat.Primas, Produtos acabados e serviços	
Controladas					
Cambuci Importadora Ltda.	19.256	-	-	-	
Cambuci Trust S/A	-	2.590	-	-	
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	25.695	-	5.398	109	
Latinline S/A	2.664	-	-	-	
Penalty Chile S/A	8.422	-	-	-	
Penalty Ibéria S.L	77	-	-	-	
Penalty Argentina S/A	7.996		5.197	-	
	64.110	2.590	10.595	109	
		31/12/2019	Transações no result	ado de Janeiro a	
	Não Circulante	Não Circulante	D	ezembro de 2019	
	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas	Venda de Produtos	Compra de Mat.Primas, Produtos acabados e serviços	
Controladas				,	
Cambuci Importadora Ltda.	16.201	-	-	-	
Cambuci Trust S/A	-	320	-	-	
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	22.518	-	1.704	-	
Latinline S/A	1.591	-	-	-	
Penalty Chile S/A	6.120	-	-	=	
Penalty Ibéria S.L	55	-	-	-	
Penalty Argentina S/A	8.449		8.882	-	
	54.934	320	10.586	-	

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas.

Os saldos com as controladas, classificados em "Partes relacionadas", no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Todas as operações com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados no mercado. Os saldos de mútuo com os acionistas em 31 de dezembro de 2020 (nota 24) correspondem a R\$ 1.733 (R\$ 1.596 em 31 de dezembro de 2019) e estão sujeitos a encargos financeiros e não há prazo de pagamento.

A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações ("Lei das S.A."), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considerou como "pessoal-chave da administração" os membros dos conselhos de administração, conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria. Em 31 de dezembro de 2020, o montante acumulado referente à remuneração do pessoal-chave da administração foi de R\$ 2.781 (R\$ 3.348 em 31 de dezembro de 2019).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores, benefícios pósemprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pela remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 35.

13. TRIBUTOS A RECUPERAR

		Controladora			Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)		460	85	527	229
Imposto sobre produto industrializado (IPI)		330	72	363	87
Programa de Integração Social (PIS)	(i)	8.991	-	8.991	13
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	(i)	29.635	85	29.635	147
Imposto sobre valor agregado (IVA)		-	-	1.165	832
IRPJ		307	307	592	426
Contribuição Social		120	120	120	120
IR e CSLL diferidos		14.485	14.681	14.485	14.945
Outros		135	9	469	256
		54.463	15.359	56.347	17.055
Circulante		7.851	8.571	9.735	10.267
Não Circulante		46.612	6.788	46.612	6.788

(i) Refere-se principalmente ao êxito em ação judicial transitado em julgado, que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. A Companhia reconheceu o montante de R\$ 9.168 de PIS a recuperar e R\$ 40.122 de COFINS a recuperar, em contrapartida ao resultado, conforme nota explicativa 30 e 31. A Companhia tem expectativa de realização desses saldos nos próximos cinco anos contados dos trânsitos em julgado dos processos, levando em consideração suas projeções atuais. A Companhia submeteu os referidos créditos a procedimento administrativo de habilitação junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil e o processo foi deferido em 03 de dezembro de 2020.

13.1 Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos foram reconhecidos sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da Controlada, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos diferidos possam ser utilizados. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços.

As origens estão demonstradas a seguir:

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

	31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	
Perdas estimadas em ativos	2.106	2.106	
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.691	5.691	
Provisões para perdas em investimentos	330	330	
Plano de opções de ações	1.218	1.218	
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	33.257	33.257	
Total do ativo fiscal diferido	42.602	42.602	
Alíquota nominais	25%	9%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.651	3.834	

(i) Os créditos estão suportados por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a 10 anos. Os estudos técnicos de viabilidade foram submetidos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

As movimentações dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido líquido, para o exercício findo em 31 de dezembro 2020 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.795	3.886	
(+) Complemento conforme expectativa de realização	2.617	940	
(-) Realização dos créditos fiscais diferidos ativos	(2.761)	(992)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.651	3.834	

13.2 Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é imprevisto e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa a Administração acredita que é provável que os impostos diferidos sejam realizados, conforme demonstrado abaixo, entretanto, essa estimativa pode não se concretizar nos próximos exercícios, se as estimativas de lucro tributável futuro não se confirmarem.

Baseada nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos créditos fiscais:

Período	Controladora
2021	1.287
2022	1.450
2023	1.509
2024	1.583
2025 em diante	8.656
	14.485

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma).

14. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios, prêmios de seguros e gastos com marketing.

_		Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Confederação e Federações	88	786	88	786
Seguros	504	382	504	382
Outras			-	134
	592	1.168	592	1.302
Circulante	284	950	284	1.084
Não Circulante	308	218	308	218

15. DEMAIS CONTAS A RECEBER

	_		Controladora	Consolida		
	_	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Valor a receber de terceiros		=	=	3.492	2.708	
Despachante aduaneiro		65	294	65	294	
Alugueis a receber		906	905	906	905	
PECLD		(402)	(97)	(402)	(97)	
Ganho sentença ref. indenização contratual		2.857	-	2.857	-	
Adiantamento fornecedor		891	283	891	285	
Valor Fundap a liberar	(i)	-	-	34.788	30.814	
Saldos vinculados - Banco Santander e Daycoval		79	205	79	205	
Outros		295	436	2.320	1.738	
	_	4.691	2.026	44.996	36.852	
Circulante	_	4.565	1.900	6.221	2.953	
Não Circulante		126	126	38.775	33.899	

⁽i) Trata-se de ação indenizatória contra o BANDES, oriundo de sentença proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe rediscussão nos tribunais superiores.

16. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Em 30 de setembro de 2019, um imóvel da subsidiária Cambuci Trust S/A foi classificado para propriedade para investimento.

Inicialmente o valor foi transferido como propriedade para investimento a valor de custo, no montante de R\$ 25.988.

Imediatamente após sua transferência, a Companhia remensurou o imóvel ao valor justo e reconheceu um ganho de R\$ 25.212 em outros resultados abrangentes, demonstrada no Patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial (nota 26).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mensurou o valor justo e registrou um ganho no resultado do exercício no valor de R\$ 2.635.

As técnicas de avaliação usadas na mensuração ao valor justo, foram com base em preços de mercado

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

atualizados, determinados por avaliadores externos e independentes. Os avaliadores utilizam preços observáveis no mercado, ajustados, se necessário, à natureza, à localização ou as condições do ativo específico.

17. INVESTIMENTOS

(a) Informações sobre as controladas

					Controladora
	Participação no	Lucro (prejuíz	zo) do exercício	Pat	rimônio líquido
Investimento da controladora	capital total %	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladas					
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	70	(243)	(10.877)	(10.935)
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	99,99	-	(472)	-	-
Impar Paraguay S/A	96,70	-	123	1.468	1.685
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	98,00	(819)	(274)	(18.962)	(18.143)
Latinline S/A	100,00	(327)	(524)	1.823	1.661
Penalty Argentina S/A	95,00	1.332	(4.613)	(426)	(1.535)
Penalty Chile S/A	100,00	(920)	(158)	(10.205)	(6.762)
Penalty Ibéria S.L	100,00	(288)	(5)	(77)	150
Cambuci Trust S/A	100,00	4.317	432	51.163	46.846
	_	3.365	(5.734)	13.907	12.967

(b) Em 31 de dezembro de 2020, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

	31/12/2019	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Transferência entre contas	31/12/2020
Investimentos em controladas					
Latinline S/A	1.661	(327)	489	-	1.823
Cambuci Trust S/A	46.846	4.317	-	-	51.163
Impar Paraguay S/A	1.685	-	(217)	-	1.468
Penalty Ibéria S.L	150	-	-	(150)	-
	50.342	3.990	272	(150)	54.454
	31/12/2019	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Transferência entre contas	31/12/2020
Provisão para perdas em investimentos			<u> </u>		_
Cambuci Importadora Ltda.	(10.935)	70	(12)	=	(10.877)
Penalty Argentina S/A	(1.535)	1.332	(223)	=	(426)
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(18.143)	(819)	-	=	(18.962)
Penalty Chile S/A	(6.762)	(920)	(2.523)	-	(10.205)
Penalty Ibéria S.L		(288)	61	150	(77)
	(37.375)	(625)	(2.697)	150	(40.547)

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este a sua obrigação perante ao déficit da Companhia. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica "Provisão para perda em controladas", tendo como contrapartida a conta de "resultado de equivalência patrimonial".

18. IMOBILIZADO

Os saldos do imobilizado estão demonstrados nos quadros abaixo:

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

							Controladora
	Taxa de Depreciação			31/12/2020			31/12/2019
		Custo	De pre ciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno	_	31		31	145		145
Edificações	2 a 4 %	10.641	(6.756)	3.885	10.642	(6.579)	4.063
Maquinas e equipamentos	6,67%	35.958	(25.966)	9.992	35.130	(24.336)	10.794
Equipamentos de computação	25%	5.914	(5.327)	587	5.818	(4.993)	825
Instalações	10%	4.976	(1.765)	3.211	4.913	(1.283)	3.630
Móveis e utensilios	8,33%	9.613	(7.440)	2.173	10.999	(7.370)	3.629
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	15.619	(13.171)	2.448	10.368	(7.684)	2.684
Imobilizado em andamento		20		20	9		9
	_	82.772	(60.425)	22.347	78.024	(52.245)	25.779
							Consolidado
	Taxa de						
	De pre ciação			31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	De pre ciação	Líquido
Terreno	_	571		571	685		685
Edificações	2 a 4 %	10.657	(6.760)	3.897	10.655	(6.581)	4.074
Maquinas e equipamentos	6,67%	36.287	(26.225)	10.062	35.361	(24.548)	10.813
Equipamentos de computação	25%	6.524	(5.806)	718	6.270	(5.400)	870
Instalações	10%	5.019	(1.779)	3.240	4.914	(1.283)	3.631
Móveis e utensilios	8,33%	12.406	(9.272)	3.134	12.274	(8.380)	3.894
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	17.665	(13.187)	4.478	11.704	(7.684)	4.020
Imobilizado em andamento	_	20	(1)	19	42		42
	_	89.149	(63.030)	26.119	81.905	(53.876)	28.029

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

_					Controladora
	31/12/2019	Adição	Baixa	De pre ciação	31/12/2020
Terreno	145	-	(114)	-	31
Edificações	4.063	-	(1)	(177)	3.885
Maquinas e equipamentos	10.794	832	(30)	(1.604)	9.992
Equipamentos de computação	825	144	(13)	(369)	587
Instalações	3.630	106	(29)	(496)	3.211
Móveis e utensilios	3.629	19	(753)	(722)	2.173
Outros ativos imobilizados	2.684	2.032	(527)	(1.741)	2.448
Imobilizado em andamento	9	11		<u>-</u>	20
	25.779	3.144	(1.467)	(5.109)	22.347

							Consolidado
	31/12/2019	Adição	Baixa	Depreciação	Variação cambial	Trans fe rê ncia	31/12/2020
Terreno	685	-	(114)	-	-	-	571
Edificações	4.074	-	(1)	(179)	3	-	3.897
Maquinas e equipamentos	10.813	865	(6)	(1.611)	1	-	10.062
Equipamentos de computação	870	256	(21)	(398)	5	6	718
Instalações	3.631	135	(29)	(498)	1	-	3.240
Móveis e utensilios	3.894	967	(842)	(879)	-	(6)	3.134
Outros ativos imobilizados	4.020	2.554	(718)	(1.662)	284	-	4.478
Imobilizado em andamento	42	28	(51)				19
	28.029	4.805	(1.782)	(5.227)	294		26.119

18.1 Arrendamento mercantil financeiro

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a pagar dessas operações totaliza R\$ 235 (R\$ 326 em 31 de dezembro de 2019), contemplado na rubrica "Empréstimos e Financiamentos", referente a compra de equipamentos de informática, alocados nas respectivas contas dentro do Ativo Imobilizado.

18.2 Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

Consolidado

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos			
	imobiliz	zados		
	31/12/2020	31/12/2019		
Edificações	25 a 60 anos	25 a 60 anos		
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	10 a 15 anos		
Equipamentos de computação	4 anos	4 anos		
Instalações	10 anos	10 anos		
Móveis e utensílios	12 anos	12 anos		
Outros ativos imobilizados	4 a 10 anos	4 a 10 anos		

As máquinas e equipamentos industriais foram avaliadas por um prazo médio de vida útil entre 10 e 15 anos, refletindo o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da vida útil dos ativos no processo produtivo e constante substituição de peças de reposição pelo avanço tecnológico e aumento na produção.

18.3 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Periodicamente, a Companhia efetua avaliação de seus ativos, através do setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela Administração, é o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa. E como resultado desta análise, de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 (R1) – Recuperação ao valor recuperável dos ativos, não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por *"impairment"* sobre esses saldos.

19. INTANGÍVEL

Os saldos do intangível estão demonstrados nos quadros abaixo:

							Controladora
				31/12/2020			31/12/2019
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.805	(2.113)	692	2.613	(2.113)	500
Direito de uso software (i)	20%	8.373	(7.531)	842	8.293	(7.254)	1.039
Direito de utilização de imóveis	20%	22	(15)	7	796	(108)	688
		11.200	(9.659)	1.541	11.702	(9.475)	2.227
							Consolidado
				31/12/2020			31/12/2019
	Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.804	(2.112)	692	2.612	(2.112)	500
Direito de uso software	20%	8.868	(7.799)	1.069	8.499	(7.453)	1.046
Intangível em andamento		-	-	-	203	-	203
Direito de utilização de imóveis	20%	1.282	(595)	687	2.348	(604)	1.744
	_	12.954	(10.506)	2.448	13.662	(10.169)	3.493

(i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

de acordo com o prazo de beneficio futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de cinco anos para o sistema de gestão Totvs-EMS.

A amortização de marcas e patentes é alocada aos custos dos estoques e incluídos no 'Custo das vendas', na medida em que os estoques são vendidos.

A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

				Controladora
31/12/2019	Adição	Baixa	Amortização	31/12/2020
500	192	-	-	692
1.039	83	(1)	(279)	842
688	1	(643)	(39)	7
2.227	276	(644)	(318)	1.541
	500 1.039 688	500 192 1.039 83 688 1	500 192 - 1.039 83 (1) 688 1 (643)	500 192

							Consolidado
	31/12/2019	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Variação cambial	31/12/2020
Marcas e patentes	500	193	-	_	-	(1)	692
Direito de uso software	1.046	117	(1)	(293)	203	(3)	1.069
Intangível em andamento	203	-	-	-	(203)	-	-
Direito de utilização de imóveis	1.744	354	(998)	(413)			687
	3.493	664	(999)	(706)		(4)	2.448

20. FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	15.400	7.840	16.065	8.516
Fornecedores exterior	89		672	3.142
	15.489	7.840	16.737	11.658

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
	Encargos Financeiros Médios	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Em moeda corrente - R\$		•			
Desconto de duplicatas	0,87 a 0,90% a.m	21.143	34.231	21.143	34.231
Conta garantida - recebíveis	0,48 % a.m	25.108	36.005	25.108	36.005
Capital de giro - CDI	CDI + 0,31 % a 1,15% a.m.	14.977	3.266	14.977	3.266
Capital de giro	0,37% a.m	5.011	-	5.011	-
Desenbahia - BNDES	TJLP	4.293	4.655	4.293	4.655
FINAME/FINEP	CDI + 0,60% a 1,18% a.m	-	131	-	131
Leasing	1% a.m.	197	326	197	326
		70.729	78.614	70.729	78.614
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	-	898	519
				898	519
		70.729	78.614	71.627	79.133
Passivo circulante		38.917	49.311	39.134	49.490
Passivo não circulante		31.812	29.303	32.493	29.643

Cantualadana

Detalhamento das operações de financiamentos

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Em 31 de dezembro de 2020, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas está assim demonstrado por modalidade:

	Cambuci	Penalty Argentina	Penalty Chile	Total
Em moeda corrente - R\$				
Desconto de duplicatas	21.143	-	-	21.143
Conta garantida - recebíveis	25.108	-	-	25.108
Capital de giro - CDI	14.977	-	-	14.977
Capital de giro	5.011	-	-	5.011
Desenbahia - BNDES (a)	4.293	-	-	4.293
FINAME/FINEP	-	-	-	-
Leasing	197	-	-	197
	70.729			70.729
Em moeda estrangeira - US\$				
Capital de giro	-	30	868	898
	-	30	868	898
	70.729	30	868	71.627

Termo e cronograma de amortização da dívida:

O montante dos financiamentos com vencimento a curto e longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	49.490
2021	39.134	8.813
2022	15.638	20.830
2023 em diante	16.855	
	71.627	79.133

A Companhia possui junto ao mercado financeiro linhas de créditos disponíveis para o capital de giro.

Garantia:

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuí ativos oferecidos como garantia para obtenção de empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia. Informamos os valores do ativo imobilizado que estão dados em garantia para as operações de empréstimos:

- Terreno/edificações/máquinas/equipamentos/instalações: R\$ 16.133 com Desenbahia.
- Terreno/edificações: R\$ 30.000 com capital de giro.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

22. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

		Controladora	Consolid	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FGTS	562	299	587	299
INSS	3.512	549	3.800	549
IRRF	159	195	182	195
Outros encargos	27	22	331	263
Pensão Alimenticia	3	3	3	3
Férias	1	26	1	26
Provisão de férias e encargos	2.832	2.970	2.926	2.970
Salários	2.480	994	2.545	994
	9.576	5.058	10.375	5.300

23. OBRIGAÇÕES FISCAIS

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições					
ICMS		452	351	557	351
PIS		172	-	206	12
COFINS		1.045	-	1.201	52
IR S/Lucro		-	-	140	48
CSLL S/Lucro		-	-	59	17
IR/CSLL s/ajuste avaliação patrimonial		-	-	5.855	5.571
Outros		138	273	1.608	907
		1.807	624	9.626	6.958
Tributos parcelados					
PPI do ICMS		-	-	24.147	23.563
Parcelamento ordinário - PIS / COFINS	(i)	875	1.320	875	1.320
Parcelamento ordinário - CONTRIB.PREV	(i)	625	944	625	944
Parcelamento ordinário - IPI / IRRF / CSRF	(i)	117	176	117	176
Parcelamento ordinário de INSS	(i)	1.482	2.245	1.482	2.245
Parcelamento IPTU		108	110	108	110
Parcelamento FGTS		584	731	584	731
		3.791	5.526	27.938	29.089
		5.598	6.150	37.564	36.047
Passivo circulante		3.958	2.598	10.749	6.935
Passivo não circulante		1.640	3.552	26.815	29.112

⁽i) A Companhia parcelou os débitos vencidos após 30 de abril de 2017, que não foram contemplados no PERT na Secretaria da Receita Federal do Brasil, em 60 parcelas mensais e sucessivas.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

24. DEMAIS CONTAS A PAGAR

		Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de clientes	999	293	1.099	301
Qualidade cliente	293	259	297	264
Aluguéis a pagar	7	710	692	1.760
Fretes a pagar	923	882	923	882
Provisão de Fretes	472	163	472	163
Galacross do Brasil Itda	3.361	3.386	3.361	3.386
Mutuo Pessoa Física	1.733	1.596	1.733	1.596
Comissões a pagar	296	219	296	219
Representantes	4.966	-	4.966	-
Provisões de despesas diversas	3.143	3.130	3.143	3.130
Agenciamento de créditos financeiros (i)	21.740	19.311	21.740	19.311
Outros	2.165	663	3.809	1.419
	40.098	30.612	42.531	32.431
Circulante	31.495	23.963	32.745	24.584
Não Circulante	8.603	6.649	9.786	7.847

⁽i) Agenciamento e intermediação na repactuação de dívidas financeiras

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

						Controladora
			31/12/2020			31/12/2019
	Valor de	Depósito	Contingência	Valor de	Depósito	Contingência
Natureza	Provisão	Judicial	Líquida	Provisão	Judicial	Líquida
Trabalhistas	2.517	(870)	1.647	1.396	(1.241)	155
Fiscais	2.998	-	2.998	2.998	-	2.998
Cíveis	176	-	176	245		245
	5.691	(870)	4.821	4.639	(1.241)	3.398

						Consolidado
			31/12/2020			31/12/2019
	Valor de	Depósito	Contingência	Valor de	Depósito	Contingência
Natureza	Provisão	Judicial	Líquida	Provisão	Judicial	Líquida
Trabalhistas	2.517	(870)	1.647	1.396	(1.241)	155
Fiscais	3.052	(53)	2.999	3.051	-	3.051
Cíveis	176		176	245		245
	5.745	(923)	4.822	4.692	(1.241)	3.451

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Trabalhis tas	Fiscais	<u>Cíveis</u>	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1.396	2.998	245	4.639
(+) Complemento de provisão	1.862	-	176	2.038
(-) Reversão	(741)		(245)	(986)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	2.517	2.998	176	5.691

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2022 e 2023.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Contingências perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota.

Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. O montante dos processos, cujos riscos foram avaliados como possível, corresponde a R\$ 56.937 (R\$ 51.972 em 31.12.2019), dentre os quais destacamos:

- (i)Ações cíveis, no montante de R\$ 8.743, com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- (ii) Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho por suposto descumprimento de medidas relacionadas à saúde e segurança do trabalho nas unidades fabris da Bahia. Os assessores jurídicos internos e externos da Companhia estimam uma perda possível de R\$ 1.565.
- (iii) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 22.731. A Administração acredita que possui bons argumentos de defesa para contrapor os autos movidos pela Receita Estadual.
- (iv) Autos de infração movidos pela Receita Federal do Brasil, destinados à cobrança de débitos de IR, CSLL, operações de crédito e outros, no valor de R\$ 19.724. Os assessores jurídicos da Companhia acreditam que possuem bons argumentos para contrapor os autos

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 45.701, representado por 42.100.080 ações, sendo todas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais. Essas ações poderiam existir através de instrumento financeiro ou outro contrato que dá ao seu titular o direito a ações ordinárias.

Em 28 de junho de 2019, foi aprovado a homologação parcial do Aumento de Capital, dentro do limite do capital autorizado, efetivamente realizado no valor de 9.903.029,76 (nove milhões, novecentos e três mil, vinte e nove reais e setenta e seis centavos), mediante a emissão de 120.431 (cento e vinte mil, quatrocentos e trinta e uma) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 222.353 (duzentas e vinte e duas mil, trezentas e cinquenta e três) ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em decorrência do aumento de capital ora homologado, o capital social da Companhia passou de R\$ 35.635.955,43 (trinta e cinco milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), dividido em 1.308.726 (um milhão, trezentos e oito mil, setecentos e vinte e seis) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 2.546.498 (dois milhões, quinhentos e quarenta e seis

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

mil, quatrocentos e noventa e oito) ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$ 45.538.985,19 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos), dividido em 1.429.157 (um milhão, quatrocentos e vinte e nove mil, cento e cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 2.768.851 (dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil e oitocentos e cinquenta e uma) ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal. Ficam canceladas as 11.814 (onze mil, oitocentos e quatorze) ações preferenciais que não foram alienadas no âmbito do Leilão especial de venda e 165 ações preferencias.

Em 15 de agosto de 2019, foi aprovada em assembleia geral extraordinária, o desdobramento das ações ordinárias e preferenciais representativas do capital social da Companhia, de forma que cada ação passou a ser representada por 10 (dez) ações de mesma espécie e com os mesmo direitos da ação desdobrada. O preço de cada ação negociada na B3 foi ajustado, a partir desta data, na mesma proporção do desdobramento.

Em Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais (AGESP) realizada no dia 13 de novembro de 2019, a Companhia realizou a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias. Foram convertidas 27.688.510 ações preferenciais em ações ordinárias. A partir de 23 de dezembro de 2019, a Companhia passou a contar somente com ações ordinárias.

Em 15 de julho de 2020, foi aprovado o aumento de capital social, mediante a emissão de ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de opção de compra de ações da Companhia, no valor de R\$ 162, mediante a emissão de ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição dos demais acionistas.

26.2 Reservas de capital

26.2.1 Reserva de plano de opções de ações

Com a implementação dos planos baseados em ações, a Companhia constituiu a Reserva de opções de ações outorgadas, conforme descrito na nota 35.

26.3 Reserva de lucros

26.3.1 – Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

26.3.2 Reserva de incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como "Reserva de incentivos fiscais".

26.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

Valor referente a diferença entre o valor contábil da propriedade para investimento e seu valor justo, conforme nota 16.

26.5 Outros Resultados abrangentes

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

26.6 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do exercício, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o exercício multiplicado por um fator ponderador de tempo.

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

		Janeiro a dezembro de 2020
	Ações Ordinárias	Total
Resultado atribuível aos acionistas	22.027	22.027
Média ponderada das ações em circulação durante o exercício	42.100	42.100
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	0,523207	0,523207
		Janeiro a dezembro de 2019
	Ações Ordinárias	Total
Resultado atribuível aos acionistas	20.212	20.212
Média ponderada das ações em circulação durante o exercício	41.980	41.980
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	0,481467	0,481467

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocam diluição.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

			Controladora		Consolidado
	Classificação por categoria	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixas e bancos	Custo Amortizado	1.985	8.267	4.002	9.053
		1.985	8.267	4.002	9.053
Aplicacoes financeiras					
Aplicação mantida até o vencimento	Custo Amortizado	2.100	1	2.286	1
	_	2.100	1	2.286	1
Contas a receber clientes	Custo Amortizado	50.842	47.402	55.392	54.273
		50.842	47.402	55.392	54.273
Partes relacionadas					
Ativos	Custo Amortizado	64.110	54.934	-	-
Passivos	Custo Amortizado	(2.590)	(320)	-	-
		61.520	54.614	-	-
Fornecedores	Custo Amortizado	15.489	7.840	16.737	11.658
	_	15.489	7.840	16.737	11.658
Empréstimos e financiamentos					
Moeda estrangeira	Custo Amortizado	-	-	898	519
Moeda Nacional	Custo Amortizado	70.729	78.614	70.729	78.614
		70.729	78.614	71.627	79.133

A tabela acima apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, sendo o valor justo uma aproximação razoável do valor contábil.

27.1 Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- (i) contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- (ii) o valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil.
- (iii) o valor justo dos financiamentos é uma aproximação razoável do valor contábil.

27.2 Hierarquia do valor justo

Técnicas de avaliação e dados (inputs) significativos não observáveis

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de *swap* ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

27.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de câmbio, taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

(i) Seleção dos riscos

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são:

- a taxa de câmbio dólar-real
- indexadores de mercado (CDI / INPC / IPCA / TJLP / TR)

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Cambuci apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuarem transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2020, valores referentes a alguns empréstimos e financiamentos, que por estarem renegociados não podem ser comparados aos valores de mercado.

(ii) Seleção dos cenários

Nos termos contidos no CPC 40 (R1) / IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: evidenciação, a Companhia inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial em base líquida.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, em relação à nossa projeção do dólar médio do exercício.

(iii) Sensibilidade

A sensibilidade dos empréstimos e financiamentos expostos à variação das taxas de mercado, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

		Cenário provável	Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso possível (a)		Cenário adver	so remoto (b)
	R\$	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda		
CDI	19.988	2,9987%	3,7484%	150	4,4981%	300		
TJLP	4.293	4,9226%	6,1532%	53	7,3839%	106		
Peso Argentina	30	0,0619	0,0774	-	0,0928	1		
Peso Chileno	868	0,0073	0,0092	2	0,0110	3		
Fornecedor	672	5,1700	6,4625	869	7,7550	1.738		
Clientes	3.163	5,1700	6,4625	(4.088)	7,7550	(8.176)		
<u>.</u>	29.014			(3.014)		(6.028)		

- (a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 25% em relação às taxas do cenário provável.
- (b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 50% em relação às taxas do cenário provável.
- 27.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Contas a receber

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro de 2020, a metodologia de classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2019.

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	Exercício findo em		Exercício findo em		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Receitas brutas de vendas					
Brasil	157.800	223.446	143.507	214.480	
Exterior	7.006	12.205	10.595	10.586	
Latinline	_	-	234	189	
Impar Sports	-	-	7.917	802	
Penalty Argentina			19.573	28.556	
	164.806	235.652	181.826	254.612	
Deduções de Venda					
Tributos	(16.740)	(27.699)	(18.373)	(29.154)	
Devoluções de vendas e outros	(6.131)	(5.607)	(6.954)	(5.622)	
	(22.871)	(33.306)	(25.327)	(34.776)	
Receita líquida de vendas	141.935	202.345	156.499	219.836	

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1° de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8° da Lei n° 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1° de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% do faturamento, conforme a MP n° 563 de 03/04/2012 e Lei n° 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, consequentemente, para fins de divulgação das Informações contábeis, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

29. INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2020 e 2036.

A Companhia assinou em conjunto com o estado da Bahia, protocolo de Intenções para prorrogação dos seus incentivos fiscais a partir de janeiro de 2021, onde investirá ao longo de 15 anos R\$ 43,7 milhões em ampliação e modernização das suas unidades fabris localizadas nos municípios de Itabuna e Itajuípe.

A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessa subvenção para investimentos, registrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está demonstrado no quadro abaixo:

		Controladora
	31/12/2020	31/12/2019
Subvenção do ICMS:		
Paraíba (a)	2.737	5.155
Bahia (b)	8.878	12.722
	11.615	17.877

- a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pela fábrica de Bayeux. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar a unidade fabril naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos na fábrica paraibana.
- b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Bahia, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Itajuípe e Itabuna. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas baianas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas estavam representadas por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Exercício findo em		Exerc	cício findo em
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Crédito Fiscal (i	24.194	5.274	24.194	5.274
Credito de PIS e COFINS	1.874	2.606	1.874	2.606
Recuperação de créditos baixados	297	438	297	438
Venda de Ativo Permanente	1.298	353	1.298	353
Venda de matéria-prima	238	420	238	420
Ganho indenização contratual	2.697	-	2.697	-
Valor justo propriedade p/investimento	-	-	2.635	-
Ganho com liquidação do PEP ICMS	-	11.970	-	11.970
Outras Receitas	133	458	945	473
Receita de Aluguéis		1.840	2.306	2.363
Total de Receitas não operacionais	30.731	23.359	36.484	23.897
Auto Infração - ICMS	(70)	(485)	(70)	(485)
Baixa de bens de ativo permanente	(1.450)	(337)	(1.450)	(337)
Honorários advocatícios sobre contingências	(2.464)	-	(2.464)	-
Custos s/venda de matéria-prima	(196)	(684)	(196)	(684)
Impostos s/ vendas de matéria-prima	(42)	(87)	(42)	(87)
Ociosidade	(11.716)	(2.030)	(11.716)	(2.030)
Outras despesas	(2.620)	(1.311)	(4.985)	(2.326)
Representantes	(5.110)	-	(5.110)	-
Confederações	-	(2.815)	-	(2.815)
Reclamações Trabalhistas	(3.204)	(979)	(3.204)	(979)
Total de Despesas não operacionais	(26.872)	(8.728)	(29.237)	(9.743)
Total liquido de Receita/Despesas operacionai	is 3.859	14.631	7.247	14.154

⁽i) Refere-se principalmente ao êxito em ação judicial que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS no montante de R\$ 23.184.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

31. RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado		
	Exerc	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Receitas financeiras					
Descontos obtidos	10	1	24	1	
Variação cambial	7.787	4.616	4.412	688	
Juros recebidos	1.017	973	1.017	973	
Atualização Fundap	-	-	3.974	4.580	
Atualização de créditos tributários (i)	26.489	-	26.489	-	
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	-	-	619	-	
Outras Receitas				99	
	35.303	5.590	36.535	6.341	
Despesas financeiras					
Comissão e Despesa Bancarias	(1.249)	(1.300)	(1.428)	(1.499)	
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(9.498)	(16.704)	(8.601)	(20.649)	
Pis/Cofins s/Receitas Financeiras	(1.310)	(71)	(1.310)	(71)	
Variação cambial	(3.085)	(3.751)	(3.085)	(3.751)	
Juros sobre fornecedores e impostos	(2.541)	(685)	(6.508)	(5.067)	
Juros mutuo acionista	(101)	(707)	(101)	(707)	
Descontos financeiros	(1)	(46)	(28)	(46)	
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	-	-	-	(45)	
Outras despesas	(46)	(10)	(46)	(10)	
	(17.831)	(23.274)	(21.107)	(31.845)	
Resultado financeiro líquido	17.472	(17.684)	15.428	(25.504)	

⁽i) Refere-se principalmente a atualização monetária do trânsito em julgado da ação judicial que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

32. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

		Controladora		Consolidado		
	Exercício findo em		Exercício findo em			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		
Custo dos produtos vendidos						
Materia prima	50,535	64.032	51.801	67.181		
Mão de obra direta	15.522	25.919	15.522	25.919		
Gastos gerais de fabricação	13.244	22.227	13.244	22.227		
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-		1.186	2.601		
Depreciação e Amortização	4.319	4.480	4.319	5.052		
2 0 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	83.620	116.658	86.072	122.981		
Despesas com vendas						
Clubes	601	1.013	601	1.013		
Comissões	7.821	10.334	8.288	10.850		
Marketing e TradeMarketing	5.699	9.626	6.359	10.398		
Fretes	4.893	6.018	5.782	7.324		
Despesas com pessoal	3.411	6.578	5.903	7.163		
Despesas com tecnologia da informação	147	123	448	123		
Consultorias	100	58	100	58		
Serviços com Terceiros	3.076	2.184	3.218	2.194		
Depreciação e amortização	284	1.018	764	1.018		
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	318	668		
Outros	3.968	4.440	5.408	6.125		
	30.000	41.392	37.189	46.934		
Despesas gerais e administrativas						
	10.348	10.264	11.479	11.484		
Despesas com pessoal Serviços com Terceiros	6.019	5.163	6.223	5.327		
	6.019 789	1.056	6.223 789	1.056		
Despesas com tecnologia da informação Consultorias	334	521	334	521		
	824	1.063		1.084		
Depreciação e Amortização Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	624	1.003	850 378	383		
	3.930	- 4 726	378 4.574			
Outros	22.244	4.726 22.793	24.627	6.276 26.131		
		44.193	24.02/	20.131		

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social, considerando que a Controladora adotou o regime tributário com base no lucro real por período de apurações trimestrais, está demonstrada abaixo:

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes da tributação	30.767	12.796	33.328	12.440
IR e CSLL à taxa nominal combinada de 34%	10.461	4.351	10.461	4.416
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	(679)	2.111	(679)	2.111
Subvenção para incentivos	4.103	(6.312)	4.103	(6.312)
PAT	(63)	-	(63)	-
Compensação de Prejuízos Fiscais	(3.746)	51	(3.746)	51
Provisões	(8)	(372)	(8)	(372)
Outros	(1.523)	-	(1.523)	-
Apuração lucro presumido	-	-	249	41
Despesa com imposto de renda e contribuição social	8.545	_	8.794	(65)
Taxa efetiva	27,77%	0.00%	26,39%	-0.52%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de imposto e renda e contribuição social, estavam representadas por:

		Controladora		Consolidado
	Exercício findo em		Exer	rcício findo em
	31/12/2020	31/12/219	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	8.545	-	8.794	(65)
Diferido	195	7.497	482	7.836
	8.740	7.497	9.276	7.771

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados P forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, à Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das Informações trimestrais da Companhia.

Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial, em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuário em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

fabricação similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

Como mencionado anteriormente, as operações são geridas de forma consolidada e inclui a seguinte segmentação geográfica:

- (a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e
- (b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina e Uruguai.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita bruta de vendas consolidada por segmento geográfico está representada da seguinte forma:

• Operações nacionais: 78,9%.

• Operações internacionais: 21,1%.

As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

Vendas brutas – mercado interno e externo

		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Brasil	143.507	223.446
Argentina	19.573	28.556
Outros	18.746	2.611
Total	181.826	254.613

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – PLANO DE OPÇÕES

Em 29 de novembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou o plano de opções de compra de ações para os membros da administração, empregados em posição de comando e gerência e prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas relevantes.

O número total de ações objeto das opções outorgadas não poderá ultrapassar o percentual de 5% do total das ações de emissão da Companhia, a qualquer tempo durante a vigência do Plano.

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Quaisquer ações subscritas ou adquiridas pelo participante em virtude do exercício das opções somente poderão ser negociadas, alienadas, cedidas ou transferidas após o prazo de três anos após sua aquisição.

A composição do plano de opções na data base de 31 de dezembro de 2020, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Plano de outorga de opções	1º outorga	2ª outorga	3ª outorga
Data da outorga	02/01/2015	04/01/2016	19/10/2020
Quantidade de opções outorgadas	265.000	20.000	571.000
Quantidade de opções exercidas	(120.000)	-	-
Período de carência para exercício (vesting)	2 anos	2 anos	2 anos
Vencimento para o exercício	02/01/2021	04/01/2022	14/10/2027
Preço de exercício (i)	1,00	1,00	4,20
Beneficiários	4	1	24

(i) O preço de exercício é fixado e corrigido pela variação do índice de preços ao consumidor amplo – IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da opção.

Durante o exercício de 2020, a Companhia concedeu 571.000 ações no âmbito do plano de opções, as quais são avaliadas com base na média da cotação das ações da Companhia ponderada pelo volume de negociações nos 120 dias anteriores a data da celebração do contrato de opção, podendo o Conselho de Administração aplicar um desconto de até 20%. O beneficiário poderá exercer ao final de cada período de 12 meses, 20% da sua opção exercível, ou poderá postergar este exercício, desde que seja respeitado o prazo máximo de 7 anos.

A Companhia calculou o valor justo das opções, utilizando as seguintes premissas de mercado:

Preço da ação em 31 de dezembro de 2020: R\$ 5,67

Correção do preço da opção: IPCA

Volatilidade: 49,51%

Taxa de desconto livre de risco: 3%

O valor justo para os planos de opção de compra de ações na data de outorga de cada plano foi calculado com base no modelo de precificação Black & Scholes. Os efeitos foram refletidos na rubrica "Reservas de plano de opções de ações", no Patrimônio Líquido, em contrapartida como despesas gerais e administrativas, no resultado do exercício, durante o período em que os colaboradores adquirem incondicionalmente o direito.

O impacto contábil registrado na conta de resultado relativo aos planos de opções de compra de ações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.218.

36. COBERTURA DE SEGUROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada, considerando as orientações de terceiros e a concentração de seus riscos.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composta por R\$153.650 para danos materiais e R\$ 6.472 para responsabilidade civil, respectivamente para o Grupo e para a Companhia.

* * * * * * * * * * * * *

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Diretoria estatutária

- Alexandre Schuler Diretor Presidente
- Roberto Estefano Diretor de Relações com o Mercado
- Emerson Tsuneji Shiromaru Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia

Conselho de Administração

- Roberto Estefano
- Eduardo Estefano Filho
- Manuel Roberto Bravo Caldeira

Conselho Fiscal

- Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
- Mário Alberto de Lima Reis Coutinho
- Roberto Massayuki Hara

Contador:

Paulo Cesar Picolli Gerente Contábil Fiscal Contador CRC SP 165645/O-6

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas, conselheiros e administradores da

Cambuci S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cambuci S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cambuci S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Impactos relacionados com a pandemia da Covid 2019

Chamamos a atenção à nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual apresenta os aspectos relacionados aos impactos da pandemia decorrente do vírus COVID-19 nos negócios da Companhia e de suas controladas, de acordo com a avaliação realizada pela administração na data deste relatório. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Exclusão do ICMS nas bases de cálculo do Pis e Cofins

Veja nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Durante o exercício de 2020 a Companhia obteve êxito em ação judicial transitada em julgado, que questionou a constitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo do Pis e da Cofins, assegurando o direito de reaver os valores já recolhidos e não prescritos, devidamente corrigidos monetariamente. Em função disso, foram reconhecidos créditos de Pis e Cofins em montantes de R\$ 49.290 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais foram apurados conforme controles auxiliares e documentação que suporta o crédito. Adicionalmente, o processo de mensuração de tais créditos envolveu um volume relevante de operações e foram adotados pela Companhia os seguintes principais procedimentos: (i) identificação dos valores de vendas de mercadorias que foram oneradas pelo ICMS, Pis e Cofins, segregadas mensalmente, mencionando-se as alíquotas e os valores destas contribuições incidentes em cada produto contido em cada nota fiscal de venda de mercadoria; (ii) exclusão do valor do ICMS nessas vendas e reapuração da base de cálculo a ser utilizada para a determinação do Pis e Cofins, para cada produto contido em cada nota fiscal de venda emitida; (iii) comparação dos valores de Pis e Cofins calculados com a exclusão do ICMS de suas bases de cálculo com os valores originalmente apurados, bem como a apuração dos créditos tributários; (iv) atualização mensal dos créditos tributários ora apurados, através da taxa selic considerada a partir do mês de recolhimento do Pis e Cofins efetuados no passado.

Após a decisão transitada em julgado, a Companhia submeteu ao procedimento administrativo de habilitação do crédito junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no qual foi deferido em 03 de dezembro de 2020.

Devido à relevância dos valores envolvidos, controles e processos internos para a mensuração dos montantes reconhecidos e o grau de julgamento envolvido, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do processo da administração para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários em conjunto com nossos especialistas tributários; (ii) análise, com auxílio de nossos especialistas tributários, da documentação da decisão judicial relacionada ao trânsito em julgado, os aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia sobre o reconhecimento e a mensuração do crédito fiscal; (iii) análise dos controles auxiliares que suportam os créditos tributários apurados e a documentação suporte dos montantes a serem compensados; (iv) análise da estimativa de recuperação dos créditos tributários registrados, bem como sua apresentação entre ativos circulante e não circulante.

Os nossos procedimentos também incluíram a avaliação das divulgações realizadas pela Companhia em relação a este assunto nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os procedimentos realizados pela administração e as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

b) Reconhecimento das receitas de vendas de mercadorias

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 7a.1 e 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve o acompanhamento dos controles das mercadorias encomendadas pelos seus clientes, as quais são agrupadas pelos pedidos de venda e transportadas e entregues para diversas regiões do país.

A Companhia controla o acompanhamento dos pedidos de vendas, os respectivos faturamentos e os despachos para as transportadoras, para registro contábil da receita de vendas de mercadorias, no correto período de competência.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos e a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos eficazes para identificar e mensurar a receita de venda de mercadorias.

Resposta da auditoria ao assunto

As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles e testes de transações, cujos principais estão detalhados a seguir: (i) Testamos a efetividade dos controles-chave implementados pela Companhia para a determinação do momento adequado de reconhecimento de receita; (ii) selecionamos uma amostra de transações de venda e inspecionamos a documentação de entrega das mercadorias vendidas e documentação suporte que evidencia que a transação de venda ocorreu; (iii) selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta; (iv) confrontamos, em base amostral, as vendas registradas contabilmente com os correspondentes livros fiscais; (v) Envio de cartas de confirmação externa para uma amostra de clientes e testes documentais realizados para os saldos onde as respostas não foram recebidas e a verificação da liquidação subsequente; (vi) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

c) Incentivos Fiscais - Subvenção para investimentos

Detalhes sobre a política contábil estão descritos na nota 29 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia é beneficiária de incentivos relativos ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre suas atividades localizadas nos estados da Paraíba e da Bahia. Esses incentivos são decorrentes da apuração dos créditos presumidos de ICMS, apurados pelas fábricas da Companhia localizadas nas cidades de Bayeux, Itajuípe e Itabuna e representam uma parcela significativa das receitas liquidas da Companhia. O seu reconhecimento decorre do cumprimento das condições estabelecidas nos respectivos convênios, dentre elas, a ampliação das unidades fabris, produção e geração de empregos.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, em virtude da relevância dos valores dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado, de R\$ 11.615 mil, quando comparado com o resultado das operações da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Com o apoio de especialistas da área tributária, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a análise da documentação, para cumprimento das condições dos referidos incentivos fiscais, os testes de recálculo para apuração dos respectivos valores dos benefícios, bem como o confronto das receitas reconhecidas nas rubricas contábeis com os respectivos controles e relatórios auxiliares.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis as políticas para reconhecimento e mensuração da Subvenção para Investimento, para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

d) Teste de recuperabilidade do ativo imobilizado

Detalhes sobre a política contábil estão descritos na nota 7k e 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia realiza anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 26.119 mil.

A Companhia reconhece e mantém esses ativos registrados na medida em que haja indicativos de que eles sejam integralmente recuperáveis ao longo da vida útil com base nos fluxos de caixa futuros descontados.

A administração avaliou a recuperabilidade desses ativos por meio da elaboração de projeções de resultados futuros, utilizando premissas subjetivas e julgamentos na realização destes cálculos.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido ao processo de avaliação da recuperabilidade ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, principalmente na determinação da unidade geradora de caixa, da taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa, dos percentuais de crescimento e da rentabilidade dos negócios para os exercícios futuros.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das premissas utilizadas pela Companhia para o cálculo e apuração do valor recuperável, em particular relacionadas às estimativas das receitas, custos e despesas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa e margem de lucro da unidade geradora de caixa.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas para estimativa do valor recuperável do ativo imobilizado, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Detalhes sobre a política contábil estão descritos na nota nº 7m e 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia e suas controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 14.485 mil (individual e consolidado). A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise das projeções de lucros futuros e das avaliações econômicofinanceiras que fundamentaram as premissas de crescimento e de rentabilidade da Companhia, avaliando se o estudo fora elaborado de forma consistente com as práticas de avaliação normalmente utilizadas e se as premissas utilizadas no estudo estão condizentes com os resultados e com as atividades operacionais da Companhia.

Adicionalmente, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como a base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que foram utilizados na constituição dos tributos diferidos ativos e comparamos o resultado esperado do lucro tributável com o limite do valor a ser registrado e as divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os tributos diferidos ativos registrados e divulgados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

f) Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais

Detalhes sobre a política contábil estão descritos na nota nº 7q e 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perda são avaliadas periodicamente pela administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos internos e externos que patrocinam as causas.

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a avaliação da existência de obrigação presente e das probabilidades de desembolso, exigem julgamento significativo da Companhia.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais; (ii) confirmações junto aos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas, contemplando os prognósticos de perda para a totalidade dos processos em aberto e comparação dessas respostas com as estimativas da administração; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas da administração e de seus assessores jurídicos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável, e; (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 03 de março de 2020, sem ressalva e com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da controlada Penalty Argentina, que se retira para este exercício em função das evidências apresentadas pela Companhia em relação à recuperação das atividades e equilíbrio econômico-financeiro desta controlada.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, SP, 10 de fevereiro de 2021.

GF Auditores Independentes

CRC - 2SP 025248/O-6

Marco Antonio Gouvêa de Azevedo

Contador - CRC 1SP 216678/O-6

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cambuci S/A, em cumprimento às disposições legais e às disposições estatutárias da empresa, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Foram discutidas com a Diretoria e com os Auditores Independentes as políticas e estimativas contábeis que requerem julgamentos, a avaliação dos controles internos como parte do sistema de controles da empresa e o controle de riscos no processo decisório.

Foram ainda acompanhados os processos de confecção do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas pelas Notas Explicativas.

Com base neste trabalho e nos acompanhamentos e exames efetuados ao longo do exercício, considerando ainda, o Relatório contendo a Opinião dos Auditores Independentes GF Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido em 10 de fevereiro de 2021, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2021.

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto

Mário Alberto de Lima Reis Coutinho

Roberto Massayuki Hara

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Cambuci S.A., declara que:

- revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e:
- revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da GF Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Roque, 10 de fevereiro de 2021.

Alexandre Schuler

Diretor Presidente

Roberto Estefano

Diretor de Relações com o Mercado

Emerson Tsuneji Shiromaru

Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Roque, 10 de fevereiro de 2021.

Alexandre Schuler

Diretor Presidente

Roberto Estefano

Diretor de Relações com o Mercado

Emerson Tsuneji Shiromaru

Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia